



27ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

06 de junho de 2012 – 9h

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Aprovação da ATA da 67ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 17 de abril de 2012;
- II. Sugestões de inclusão de Pauta

Ordem do dia:

- I. **Apreciação e Deliberação sobre Complementação de Aditivo de Valor da Desapropriação de área para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA:**
 1. Propriedade de **JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS E S/M**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 2.932 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.224.569-5);
 2. Propriedade de **THOMAZ JOSÉ BARBOZA**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 2.940 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.224.761-2);
 3. Propriedade de **EDUARDO ZEFERINO E S/M**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 2.972 e 2.980 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.224.779-5);
 4. Propriedade de **IZIDRO BATISTA BARBOSA E OUTRO**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 2.912 e 2.920 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.224.561-0);
 5. Propriedade de **SPQR ADMINISTRAÇÃO, EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 2.954 e Rua Peixe Vivo s/nº lote 12 quadra 1 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para



implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.222.968-1);

6. Propriedade de **MIGUEL PADULA E S/M**, situada à Rua Peixe Vivo nº 40, 42, 44, 46, 48 e 50 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.222.966-5);
7. Propriedade de **ROQUE PADULA, S/M E MARCELO RODRIGUES PADULA**, situada à Rua Peixe Vivo nº 52 e 54, lote 11 quadra 1 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.222.967-3);
8. Propriedade de **WILSON JOSÉ BUENO**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 2.880, 2.888 e 2.962 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.224.210-6);
9. Propriedade de **CLEIDE DIAS RODRIGUES, SEU MARIDO, CÉLIO HENRIQUE DIAS E S/M**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 3.052 e 3.058 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.214.193-8);
10. Propriedade de **CARLOS HENRIQUE BRITTO GUEDES**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 3.062 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.214.197-0);
11. Propriedade de **HIDROPAM PISCINAS LTDA ME**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 2.984 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.224.804-8);
12. Propriedade de **JOSÉ ANTONIO ALVES COIADO E S/M**, situada à Rua Peixe Vivo nº 102 / 07* - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.214.124-5);
13. Propriedade de **MANOEL LUIZ DA SILVA E S/M**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 3.068 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.214.200-4);
14. Propriedade de **ERNESTO DE MENDONÇA PAIVA E S/M**, situada à Rua Peixe Vivo nº 216 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.222.972-0);
15. Propriedade de **MOACYR GARIBALDI E JEANNETTE NIGRI SOARES**, situada à Rua Peixe Vivo nº 248* e 236* - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.222.969-0);



16. Propriedade de **RAIMUNDO LUIZ DOS SANTOS**, situada à Rua Peixe Vivo nº 122* / 05* - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.214.140-7);
 17. Propriedade de **MARIA APARECIDA CHRISTE**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 3.022 e 3.366 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.214.186-5);
 18. Propriedade de **SIMONE FERREIRA SANTIAGO E IVAN ROBERTO TIMOCHENKO DE MORAES**, situada à Rua Peixe Vivo nº 140 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.214.153-9);
 19. Propriedade de **EDUARDO KATSUHIKO TAKAHASHI E S/M**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 2.968* - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.224.769-8);
 20. Propriedade de **MARCIO BATISTA LOBATO SARTORI E S/M**, situada à Rua Peixe Vivo nº 15 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.222.965-7);
 21. Propriedade de **JOSÉ VICENTE DOS SANTOS E S/M**, situada à Rua Peixe Vivo nº 92 / 15 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.214.120-2);
- II. Apreciação e Deliberação sobre Desapropriação de área de para implantação do PARQUE NASCENTE DO RIBEIRÃO COLÔNIA – “PARQUE MAHLE” (Processo nº 2008 -0.286.103-9);
- III. **Apreciação e Deliberação sobre Desapropriação de área para implantação do PARQUE LINEAR GUARATIBA:**
1. Propriedade de ADELINO MARTHINS RAPHAEL E OUTROS, Distrito de Guaianases, para implantação do PARQUE LINEAR GUARATIBA (Processo nº 2012 -0.063.346-2);
 2. Propriedade de PAVIMENTADORA E CONSTRUTORA VICENTE MATHEUS LTDA, Distrito de Guaianases, para implantação do PARQUE LINEAR GUARATIBA (Processo nº 2012 -0.063.325-0);
 3. Propriedade de BATISTA RUSSO E OUTRA, Distrito de Guaianases, para implantação do PARQUE LINEAR GUARATIBA (Processo nº 2012 -0.063.344-6);



4. Propriedade de PASQUAL FUSCO, Distrito de Guaianases, para implantação do PARQUE LINEAR GUARATIBA (Processo nº 2012 -0.063.339-0);

- IV. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Projeto de Nova Rede Geral de Abastecimento de Água do Parque Anhanguera (Processo nº 2010-0.170.535-8);
- V. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Obras de Reforma para adequação um espaço para criação de um Centro Educacional Sócio Ambiental e Inclusão – Sub-Prefeitura de Perus (Processo nº 2012-0.074.550-3);
- VI. Apreciação e Deliberação sobre Complementação de Aditivo de Valor da Desapropriação de área de propriedade de CLEIDE LIMA BATISTA, situada à Rua Rua Morro de Capoaba, nº 101 – lote 2, quadra 33 – Itaim Paulista, para implantação do PARQUE ECOLÓGICO CENTRAL DO ITAIM (Processo nº 2010 - 0.067.209-0);

Anexos:

ATA da 67ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 17 de abril de 2012;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.224.569-5;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.224.761-2;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.224.779-5;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.224.561-0;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.222.968-1;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.222.966-5;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.222.967-3;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.224.210-6;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.214.193-8;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.214.197-0;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.224.804-8;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.214.124-5;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.214.200-4;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.222.972-0;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.222.969-0;



Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.214.140-7;
Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.214.186-5;
Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.214.153-9;
Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.224.769-8;
Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.222.965-7;
Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.214.120-2;
Parecer Técnico do Projeto nº 2008 -0.286.103-9;
Parecer Técnico do Projeto nº 2012 -0.063.346-2;
Parecer Técnico do Projeto nº 2012 -0.063.325-0;
Parecer Técnico do Projeto nº 2012 -0.063.344-6;
Parecer Técnico do Projeto nº 2012 -0.063.339-0;
Parecer Técnico do Projeto nº 2010-0.170.535-8;
Parecer Técnico do Projeto nº 2012-0.074.550-3;
Parecer Técnico do Projeto nº 2010 -0.067.209-0;

Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos e a todas. (fala sem microfone). Eu preciso começar a reunião dizendo que nós tivemos, no sábado, uma mudança de secretário. O Secretário Eduardo Jorge se afastou. E o secretário do Verde e Meio Ambiente hoje é o Carlos Fortner, que era o chefe de gabinete. (fala sem microfone) que ele deve estar logo aqui. Ainda ontem a noite, o secretário Eduardo Jorge me ligou pedindo para eu agradecer muito a colaboração dos conselheiros, que foi muito importante a colaboração de vocês, e que ele teve muito prazer de estar atuando também a esse conselho. Agora as coisas vão ser definidas, em termos políticos, vocês devem estar acompanhando pelos jornais. E dependendo do que for encaminhado, pode voltar ou não voltar. A gente vai informando à medida dos acontecimentos. Eu precisava dizer isso, para vocês não estranharem. Então sempre o presidente do CONFEMA é o Secretário. Então o Carlos Fortner é o presidente do CONFEMA nesse momento. O Rubens já é velho conhecido. Então, podemos começar a reunião. Então nós vamos começar pela aprovação da ata da 67ª reunião plenária ordinária do CONFEMA, de 17 de abril de 2012, que vocês receberam por e-mail. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da ata, permaneçam como estão. A ata está aprovada por unanimidade. Sugestões de inclusão de pauta? Alexandre, por favor.

Cons. Alexandre: Bom dia. Na verdade, é um informe a respeito do edital do FEMA/09, para saber como é que estão as coisas, quantos projetos foram inscritos, os próximos passos...



Coordenadora Helena Magozo: Eu precisava saber, exatamente... Eu sei que são quase 70, eles estão em avaliação. Dessa vez, tanto a proposta do edital como a avaliação, está sendo feita pelo núcleo de gestão descentralizada da região a que se destina aquele projeto. Então está um movimento grande, aí, de todos os núcleos, na avaliação. A previsão inicial, pelo menos a gente poder dar outra notícia, é final de julho. Mas a gente vai atualizando vocês, à medida que o grupo nos atualizar. E como vai ter uma questão de classificação, porque tem menos recursos do que os projetos apresentados independentes, a priori, então vai haver uma classificação desses projetos, para se chegar no máximo do valor, o máximo que pode ser aprovado são 3 milhões. Aí, vai depender do número de projetos aprovados, recomendados. Vão ser deliberados aqui. Todos. Os recomendados e os não recomendados. Carlos, nós organizamos a reunião. A Maria Rosa está com a Karen aqui, são as nossas colegas do DEPLAN, Departamento de Planejamento, que sempre trabalham toda essa questão dos encaminhamentos, das plantas expropriatórias, de toda documentação e atualização das desapropriações, da ampliação das áreas verdes. A Rosélia também está fora de São Paulo, então indicou as duas colegas para estarem aqui, representando o DEPLAN. Hoje nós temos quatro áreas verdes, de quatro parques, que vão ser apresentadas pelo DEPLAN, na ordem: primeiros os parques da Guarapiranga, são 21 processos. Desses 21 processos, três é aquela questão... não tem como nós contornarmos isso, porque a gente estava até conversando, às vezes, o mesmo processo vem duas, três vezes, com uma complementação. Mas a gente não tem como interferir no rito do DESAP. Então, por exemplo, dos nove que nós aprovamos na outra reunião, três já voltaram para reajuste. Por quê? Administrativo. Independente daquela questão judicial que a Rosélia nos coloca. Por quê? Porque DESAP fez uma atualização para valor 2012. O valor deles era 2010. Então os outros seis, com certeza, virão. Mas ainda não chegaram. Então, nós estamos com uma série de processos aqui, que já foram aprovados, não com verba do FEMA, mas com outro recurso, da FUNDURB, de outras compensações. Compensação de poder público, que não vem para o FEMA, é uma transferência direta, e eles estão voltando para complementação. Então nós vamos começar pela orla do Guarapiranga, para explicar a região, esclarecimentos. O Rubens, que é nosso secretário executivo, tem a relação de todos eles, valor total, quanto que está sendo essa complementação, porque, na verdade, o parecer é um só, porque a justificativa para esses parques é a mesma. Mas são lotes pequenos e como a exigência do TCM é que a gente faça aprovação por aprovação, a gente tem que citar cada um deles, está bom? Então começamos com Guarapiranga... Pois não.

Secretário Carlos Fortner: Bom dia a todos. Primeiramente, queria me desculpar do atraso. Para percorrer 13 quilômetros foram 1 hora 40. Outro dia, eu vim de bicicleta, eu levo 50 minutos se eu vier de bicicleta. Hoje vir de bicicleta está proibido, porque está chovendo. Mas 1 hora 40 em 13 quilômetros. Essa explicação que a Helena deu, eu queria dar algum



complemento a mais, só para vocês estarem por dentro. Parte desse dinheiro vem das compensações de TCA. Então é aquela conta que é TCA, é a compensação ambiental, que a gente usa especificamente para desapropriação e aquisição de áreas. Hoje, a gente já está com cerca de 10 milhões, se eu não me engano, que já foram recebidos de TCA, que já vai aproveitar para desapropriar. Então nós criamos uma diretriz aqui, uma dinâmica, de, à medida que vêm os processos, a gente vai soltando dinheiro. Porque existe um risco de se deixar... *“Ah, esse processo hoje, por exemplo, esse primeiro aqui, não é prioridade. Então eu vou deixar ele para depois.”* Daqui a seis meses o processo volta, daqui a um ano o processo volta, com reavaliação do DESAP, e os que nós já vimos que vêm com reavaliação, sempre é para mais. Obviamente, a cidade está se valorizando. Inclusive, com a própria implantação de parques. Então a diretriz que a gente fez foi essa. De, à medida que os processos vêm chegando, nós já vamos dando andamento neles, para não deixar o dinheiro parado. A conta, logicamente, que ela está prevista apenas para aquisição de áreas. Existe a receita financeira disso aí. Logicamente que é computado, tal, mas logicamente que a receita financeira não vai valorizar tanto quanto o imóvel propriamente dito. Tem uma expectativa ainda, de TCAs que estão para acontecer, mais ou menos da ordem do mesmo valor que a gente já desapropriou. Então o dinheiro tem entrado, para isso. Quer dizer, tem uma continuidade. Era só esse complemento que eu queria dar.

Coordenadora Helena Magozo: Então eu passaria a palavra para a Maria Rosa e a Karen, sempre vocês têm que falar no microfone, porque tudo é gravado. Obrigada.

Karen: Eu sou a Karen, eu trabalho com a Rosélia, na DEPLAN. A Rosélia não pôde vir hoje, então a gente está aqui para representar. Só para dar uma apresentação geral do que a gente vai mostrar, eu fiz um PowerPoint só para organizar um pouco as informações, para mostrar a localização delas, e para mostrar exatamente as áreas que se tratam nos processos. Eu não trabalhei diretamente com essas áreas, mas a Maria Rosa, que é diretora da Divisão de Patrimônio, ela vai poder dar informações mais específicas sobre essas áreas.

Maria Rosa: Bom dia a todos. Então, nós vamos começar pela Praia de São Paulo. É um melhoramento que tem na zona sul, e ele está localizado naquela flecha amarela, no município de São Paulo.

(fala sem microfone)

Maria Rosa: A localização dele é paralela com a represa Guarapiranga, onde está localizado o perímetro do Decreto de Utilidade Pública da Praia de São Paulo, que é todo esse marrom, e também tem a Praia do Sol, que não deu para excluir dessa área aí. Mas ele acompanha toda a orla do Guarapiranga.



(fala sem microfone)

Karen: O que está em vermelho, o contorno vermelho, que não dá para ver tão bem, são as plantas expropriatórias, que já foram enviadas à DESAP, que estão com a desapropriação em andamento, e as que estão **hachuradas**, não sei se dá para ver direito da posição que vocês estão, onde já está um pouco mais escura, é a área que já foi desapropriada. Então no caso da Praia de São Paulo, aquela parte de cima, no primeiro trecho, e essa segunda quadra, um pouco mais para baixo, junto com a Praia do Sol.

Maria Rosa: Essa área também, ela é uma área urbana. São vários lotes por isso que se tornam vários processos, que tem os contribuintes, às vezes dois em um processo só, e então, nós vamos detalhar mais essa área.

(fala sem microfone)

Karen (DEPLAN): (incompreensível) essa parte, porque senão, a gente não vai conseguir ver as partes que já foram desapropriadas. Então, a gente só está dando um zoom maior aqui na parte mais ao norte, da Praia de São Paulo.

Maria Rosa: Foto aérea, porque essa área é de mananciais. Então, para ter um aproveitamento melhor dessa área, nós estamos fazendo esse melhoramento Praia de São Paulo, que foi desapropriado todos os lotes. E dessa área aqui embaixo, em amarelo, que nós vamos falar dos 22 processos que vão ser aprovados. Liberados. Então são 22 processos que totalizam, aproximadamente, uma área de 5400 metros quadrados. E como a Helena falou, eles foram avaliados, nós fizemos a planta expropriatória, e foi enviada à DESAP em 2010, e agora teve uma atualização. Por isso que fica essa... Vai para a DESAP, volta, e isso daí, é um ritmo normal. Isso é o normal.

Coordenadora Helena Magozo: Para os Conselheiros, sempre o controle é pelo número do processo, que não tem dúvida. O número do processo é naquele mesmo processo que pode até vir duas, até três vezes, dependendo do caso, mas sempre, o número do processo é aquele lote. É o controle.

Maria Rosa: Então, como eu disse, às vezes o processo têm dois ou três contribuintes, que foram de um mesmo proprietário.

(fala sem microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Primeiro, nós vamos por parque.

Secretário Carlos Fortner: Você não usou aquelas fotos aéreas que a gente tinha, de casa por casa, daquelas? Dava para os Conselheiros terem uma



visão bem clara do que era cada um dos lotes. Mas tudo bem. Acho que dá para...

Maria Rosa: (fala sem microfone)

Secretário Carlos Fortner: No início, quando essa área foi mapeada para ser desapropriada, nós fizemos um levantamento, nós fizemos fotografia aérea de casa por casa, até para identificar que isso seria uma conectividade, uma continuação do Parque Praia do Sol.

Coordenadora Helena Magozo: Então eu me comprometo, em uma próxima reunião, de trazer essas fotos. E uma outra possibilidade que nós temos, que o Valdir, que acompanha essa implantação do parque nos colocou, é nós estarmos, enquanto Conselho, fazendo uma visita à área. Nós fizemos isso... Quando foi? Uma série de projetos aprovados de crédito de carbono, em Perus, então como é um montante grande, são vários processos, é interessante visualizar e ter a realidade do que seria esse projeto. A gente pode, até o final do mês, marcar uma Kombi, saindo da Secretaria, para nós fazermos essa visita.

Cons. Cecília: Eu gostaria que você me explicasse por que vários contribuintes para um só proprietário? Porque a desapropriação é do proprietário. Não é dos contribuintes.

Maria Rosa: São vários contribuintes, porque é um dono só.

Cons. Cecília: Então, vai ser desapropriado desse dono. O pagamento é feito para esse dono.

Maria Rosa: Vamos supor, o proprietário têm três lotes. São três contribuintes. E está no nome dele, esses três lotes, então, é aberto um processo só para ele. O pagamento é feito...

Cons. Cecília: Claro. Só para o proprietário.

Maria Rosa: Só para o proprietário. (incompreensível).

Cons. Cecília: Então para que interessa saber os lotes, se é para um só proprietário? Não interessa. Para quê?

Secretário Carlos Fortner: Cada contribuinte é cada imóvel. Então quando a gente fala contribuinte, é o número do imóvel, número do IPTU. Então você tem situações em que um proprietário têm três imóveis juntos ali, que é um conjunto. Por isso que é uma desapropriação nos três. É isso, não é?



Karen: Então, no momento que a gente envia a planta expropriatória para a DESAP, que é o Departamento de Desapropriações da Secretaria de Negócios Jurídicos, a gente manda para eles como lotes. Na hora que vai fazer um processo, o processo, eles avaliam por proprietário. Então, às vezes, é um imóvel só, que pega dois lotes. Então, é só essa questão. A gente envia por lote.

(incompreensível)

Coordenadora Helena Magozo: É uma orientação do controle de vocês, Cecília, que ela explicou isso. Porque eu tinha falado de um processo por lote. Então, elas esclareceram: não está correto. Não é por lote. É por proprietário. Que o critério de DESAP é por proprietário. Todos os lotes estão mencionados e descritos nos processos. Todos. Não são tantos lotes, quanto proprietários, pode ter menos proprietários do que lotes, mas se você quiser saber do lote tal, ele tem que estar descrito em algum desses processos. Não pode estar sem estar descrito.

Maria Rosa: Porque é no sentido assim: o proprietário... Se a gente colocar, na planta expropriatória nome do proprietário com a área que ele tem, como você vai saber que aquela área total é de quantos contribu... é de um contribuinte só? Então, para identificar e amarrar mais a documentação e a titularidade do processo, tipo assim, é de Fulano de Tal. Não. Ele tem dois contribuintes identificados. Ele não tem só uma metragem quadrada.

Cons. Cecília: Não. Sabe por que eu estou falando isso? Porque essa coisa de lotear, é totalmente arbitrária. Aconteceu lá na Chácara da Fonte, que é um proprietário. Ele entrou com um pedido de desdobramento, de desmembramento, para criar lotes. Foi negado. E os lotes apareceram. Então é uma coisa que ninguém sabe como que aparece. É uma coisa que é contra a lei. Imagina, passou pelo CONPRESP, foi negado, não pode desmembrar. E apareceram lotes. Então a gente tem que fazer o processo, que é do proprietário. Por que? Ou então, a gente precisa por uma ordem nisso. Como aparecem lotes? Quem organiz... Por que a gente obedece e respeita uma coisa que ninguém sabe da onde apareceu? Uma coisa que foi negada...

Maria Rosa: Um loteamento, ele é aprovado.

Cons. Cecília: Mas lá no morro não foi aprovado. Nenhum loteamento. Ainda é uma gleba. E do nada apareceu, na planta, no MOC da prefeitura, do nada, ninguém sabe dizer como apareceu dividido. Então ninguém aprovou. Não tem loteamento, é uma gleba. Toda sociedade entende como uma gleba, e apareceram lotes. Gente, o conceito é muito importante. A gente está trabalhando com uma coisa que é ilegal. Ela não é... Ela aparece no mapa da prefeitura, nenhum funcionário assume.



Maria Rosa: Mas eu digo para a senhora, uma coisa: nós construímos uma planta expropriatória... Nós fazemos um estudo, não porque apareceu não sei onde, que está loteado. Tem que ter o loteamento aprovado, nós amarramos toda titulação da área junto com o loteamento aprovado.

Cons. Cecília: Então, eu quero que você me mostre o loteamento aprovado, desses lotes que apareceram...

Maria Rosa: Sim. Aonde? Desse da Praia de São Paulo?

Secretário Carlos Fortner: Dona Cecília, esse caso que a senhora falou, onde que é, desse loteamento?

Cons. Cecília: No morro do Querosene. No Butantã.

Secretário Carlos Fortner: No Butantã. Certo.

Cons. Cecília: A gente tem uma gleba, o proprietário pediu para desmembrar. Foi negado porque já estava em processo de tombamento, tem a lei, tal. Foi negado e apareceram lotes. Então, não existe... Não foi aprovado o loteamento. O lote apareceu do nada.

Secretário Carlos Fortner: A senhora consegue dar os dados aqui? Porque a gente pode levantar, até por DEPLAN, para ver o que aconteceu, para poder dar uma informação.

Cons. Cecília: Gostaria muito. Eu posso te dar imediatamente.

Secretário Carlos Fortner: Nesse caso específico aqui, é um pouco diferente. Primeiro que o loteamento disso aqui é bem mais antigo. Então, aqui a gente está falando sempre, do IPTU de lote a lote. Então, isso que a Maria Rosa falou, existem... Podia até achar um exemplo aqui, só para a gente ilustrar. Mas existe, por exemplo, um proprietário que têm dois ou três imóveis, dois ou três terrenos, onde ele fez a construção dele. Então quando é a desapropriação, faz o levantamento, IPTU por IPTU, contribuinte por contribuinte, e o processo é do proprietário que têm aqueles três imóveis. Não sei se são três... Tem um que tem três, eu acho. Tinha um caso desse, que tinha três.

Maria Rosa: Tem um, dois, três...

Secretário Carlos Fortner: Que ele juntou dois lotes, e fez a casa, o imóvel dele em cima de dois lotes. Então, a desapropriação é para aquele... Está em nome daquela pessoa, mas o processo engloba dois contribuintes. Dois números de terreno. Dois IPTUs, no caso.



Cons. Cecília: Está bom. Eu só acho que poderia ser observado se já existia os lote e ele comprou os três lotes, mas o que eu acho muito provável que tenha acontecido, ele já tinha um terreno, ele resolveu fazer três casas, alugar para três famílias, mas ele não procedeu um processo de loteamento. Porque um loteamento tem **servidões**, tem esgoto, tem luz, tem um monte de coisa. Um loteamento não é. O que provavelmente está acontecendo, e que eu acho que isso que a gente vai poder por uma ordem na casa, é que isso não é propriamen... porque uma coisa, é: eu compro a casa dele, que é meu vizinho, mas a casa dele já existe, já tem esgoto, já tem luz, já tem tudo. Aí eu compro a dela, que é minha outra vizinha. Aí eu fico proprietária desses três lotes. Agora, isso, é diferente de eu ser proprietária de uma área de mil metros quadrados, aí eu resolvo fazer uma casinha aqui, de duzentos metros, outra casinha ali, de duzentos, outra de duzentos, e eu digo que isso é um lote. Eu digo, e começa a aparecer...

Maria Rosa: Mas posso só esclarecer uma coisa? Todo decreto de utilidade pública é feito o perímetro com a área total. Para fazer uma exproprietária, nós pegamos a área... é dividido em três proprietários, a nossa pesquisa, com matrícula, com o loteamento aprovado, e não só a matrícula da área necessária, como também dos confrontantes. Isso é tudo amarrado. Nós não fazemos uma exproprietária, assim, falar: *“não, é porque a senhora tem um lote aqui com mais três casas.”* Eu entendi isso? É isso que a senhora estava falando? Vamos supor, eu comprei do meu vizinho, comprei outro... Não. É independente da senhora comprou, está no nome da senhora. O que nós fazemos? Nós amarramos a titularidade da área, com a titularidade dos confrontantes, para montar a planta exproprietária.

Cons. Cecília: Então se não tem loteamento aprovado, se não tiver, como no caso lá, do morro...

Coordenadora Helena Magozo: Essa aí tem, Cecília.

Cons. Cecília: Se tiver loteamento aprovado, a gente consegue encontrar isso na Secretaria da Habitação.

Maria Rosa: Sim. Porque DESAP, quando ele aprova um decreto de utilidade pública, ele manda para a **PROG**, pra (incompreensível). Tipo, a planta de decreto, que é a planta de **DUP**, que a gente fala, e para ver se tem... às vezes passa-se um melhoramento naquele local, que foi aprovado por uma lei. Lei nunca caduca. Então é para o resto da vida. Então, ele vai comprovar que naquele... ou tem um loteamento, a gente pede o loteamento, a gente tem...

Cons. Cecília: Agora, deixa eu só falar uma coisa para você. Lá no caso, foi feito DUP e não foi visto o loteamento aprovado. Porque não tem loteamento aprovado na Secretaria da Habitação.



Maria Rosa: O DUP pode ser feito...

Coordenadora Helena Magozo: O DUP é diferente da desapropriação.

Maria Rosa: Qualquer um, independente se tem lá um loteamento clandestino. Não estou dizendo na área que a senhora falou. Estou dizendo assim: tem um loteamento clandestino, ele foi aprovado o perímetro, aí depois que nós fazemos o estudo para ser executada a planta expropriatória.

Coordenadora Helena Magozo: Então, quando aceita DUP, não houve esse estudo, que ela se referiu, todo esse levantamento documental. É só no processo. Você lembra, a primeira coisa é o DUP. Depois é que é o processo até se chegar ou não, à desapropriação. Então, nesse processo de documentação, é posterior à DUP.

Maria Rosa: Isso.

Coordenadora Helena Magozo: Seria isso que ela está falando. Então, pode ter DUP e isso se confirmar ou não. Aí é no estudo documental é que isso vai ser aferido.

Maria Rosa: Isso.

Coordenadora Helena Magozo: Está bom? Mais alguma indagação de algum conselheiro?

(fala sem microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Decreto de Utilidade Pública. Você tem um interesse em uma determinada utilização, está certo? Então é um decreto inicial, do começo do processo. Agora eu vou passar para o Rubens, como é o mesmo parque, mas a gente tem que aprovar processo por processo, ele vai citando os processos, vai ler um parecer, todos se repetem, e processo por processo, para a gente estar deliberando. Vamos lá.

(fala sem microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia, senhores Conselheiros. Devido ao grande número de projetos que a gente vai deliberar, e considerando que o parecer técnico se repete para todos eles, porque o objeto, em que pese sejam imóveis diferenciados, mas a análise foi igual para todos eles. Então eu fiz um quadro onde eu descrevi o número do processo, a propriedade que está sendo tratada, e ali eu coloquei o valor inicial, que seria o valor da primeira avaliação de DESAP, o valor da complementação, que é o que está sendo deliberado por este Conselho agora, e só para informação, qual



seria o valor total da área. E aí, eu já vi que no primeiro ali está invertido, agora que eu vi. Mas para a gente ter uma ideia de qual seria o valor que a gente está tratando... O valor que vai ser deliberado por esse Conselho, é o da complementação, que é o que consta em cada um dos relatórios que vocês receberam por e-mail, e que está à disposição em cada um dos processos, aqui em cima da mesa. Então o primeiro processo, e eles estão numerados e está na sequência ali em cima da mesa, é o processo 2010-0.224.569-5, que é a desapropriação do imóvel da avenida Roberto Kennedy, 2932, para implantação do Parque Linear Praia de São Paulo. Então, eu vou falar só o valor da complementação, para não ficar muito extenso, ou gerar algum tipo de confusão. O valor que está no relatório analisado pela Comissão de Avaliação Técnica, é de R\$ 69.294,13. Não sei se a gente já vai para a avaliação, porque tem que ser individual.

Coordenadora Helena Magozo: Eu sugiro o seguinte: que a gente lesse o parecer, e daí, um por um, você vai deliberando, porque...

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, o parecer vai ser igual para todos. Eu vou ler o primeiro, e aí a gente delibera os outros, mas o teor do parecer técnico é o mesmo. Então o parecer técnico: “Desapropriação de imóvel para implantação do parque público Praia de São Paulo. A presente proposta apresentada por DESAP, visa utilizar recursos do FEMA para desapropriação de imóvel para implantação do Parque Praia de São Paulo. Proponente: é o próprio departamento de desapropriações, a Secretaria de Negócios Jurídicos. E o valor da complementação do recurso, é de R\$ 69.294,13, no caso dessa primeira análise. A análise da CAV, da comissão de avaliação, enquadra a proposta nas diretrizes objetivas e princípios da política municipal do meio ambiente, e do Sistema Nacional de Meio Ambiente, SISNAMA, na legislação ambiental vigente, bem como nas diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos, estabelecidos pelo CADES. Então o enquadramento nas estratégias de ação são recomendadas, segundo a resolução 146 do CADES DE 2012, de 26 de março de 2012, que trata da diretriz anual para utilização de recursos do FEMA. Observamos que a presente proposta se enquadra nas diretrizes de expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação. A análise técnica da proposta: “A CAV informa que a presente proposta se refere à desapropriação de imóvel que fará parte do futuro Parque de São Paulo, considerando-se a importância da preservação da área e o fato de que esse Parque fará parte de uma intervenção maior na Orla da Represa Guarapiranga, a CAV é favorável à desapropriação. Com relação à análise econômica e orçamentária da proposta, consta da ata de reunião da Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria do Verde, que aprovou a utilização de recursos canalizados ao FEMA, no caso, que encontra-se anexada às páginas 84 do processo, e o valor da desapropriação foi definido por DESAP, segundo critérios técnicos para esse tipo de avaliação. Considera-se então, valor adequado, visto que servirá de



base para desapropriação do imóvel. A conclusão do relatório é de que a CAV considera que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidos para contemplação de financiamento pelo FEMA.” O teor desse relatório se repete em todas as outras áreas, e agora, a gente pode citar as áreas e fazer a votação individualmente. Então o primeiro processo, que é o 2010-0.224.569-5, desapropriação da avenida Robert Kennedy, 2932, o valor da complementação proposta por DESAP é R\$ 69.294,13. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação dessa complementação, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. O segundo processo é o do projeto 2010-0.224.761-2, desapropriação de imóvel da avenida Robert Kennedy, 2940. O valor da complementação, R\$ 74.546,41. Os Conselheiros favoráveis à aprovação desse projeto, permaneçam como estão. Está aprovado por unanimidade. Terceiro projeto é 2010.0.224.779-5, desapropriação de imóvel da avenida Robert Kennedy, 2972 e 2980. O valor da complementação da desapropriação estabelecida por DESAP, é de R\$ 171.765,46. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da proposta, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. O item 4 é o processo 2010.0.224.561-0, desapropriação de imóvel da avenida Robert Kennedy, 2912 e 2920. O valor da complementação é de R\$ 141.719,67. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da proposta, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. O item 5 é o processo 2010.0.222.968-1, desapropriação de imóvel da avenida Robert Kennedy, 2954 e rua Peixe Vivo, sem número. Valor da complementação, R\$ 240.574,54. Os Conselheiros... Pois não, Amélia?

(fala sem microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: R\$ 0,54. No parecer está 74?

(fala sem microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente pode dar uma conferida com o processo, porque eu colhi os dados do processo e não do relatório.

(fala sem microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, os Conselheiros favoráveis à complementação proposta, permaneçam como estão. Então aprovado por unanimidade. O item 6 é o processo 2010.0.222.966-5, desapropriação de imóveis da rua Peixe Vivo, número 40, 42, 44, 46, 48 e 50. Valor total da complementação, R\$ 97.952,89. Os Conselheiros favoráveis à proposta de ajuste da desapropriação, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. O item 7 é o processo 2010.0.222.967-3, desapropriação de imóveis da rua Peixe Vivo, números 52 e 54. Valor da complementação, R\$ 107.651,41. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da proposta, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade.



Coordenadora Helena Magozo: Rubens, só para a gente terminar, é 74 mesmo, está bom?

Secretário Executivo Rubens Borges: 74?

Coordenadora Helena Magozo: Isso. Está bom? Já está conferido no processo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Item 8 é o processo 2010.0.224.210-6, desapropriação de imóveis da avenida Robert Kennedy, 2880, 2888, 2962. Valor total da complementação, R\$ 243.226,73. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovado por unanimidade.

(fala sem microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: Vamos lá. Item 9 - Processo 2010.0.214.193-8, desapropriação de imóveis da avenida Robert Kennedy, 3052 e 3058, valor da complementação, R\$ 97.991,54. Os Conselheiros favoráveis a presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Item 10 - Processo 2010.0.214.197-0, desapropriação de imóvel da avenida Robert Kennedy, 3062. Valor da complementação, R\$ 54.071,95. Os Conselheiros favoráveis à proposta de complementação, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Item 11 - Processo 2010.0.224.804-8, desapropriação da avenida Robert Kennedy, 2984. Valor da complementação, R\$ 133.295,77. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. O item 12 - Processo 2010.0.214.124-5. Desapropriação de imóvel da rua Peixe Vivo, número 102. Valor da complementação, R\$ 81.547,93. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Item 13 - Processo 2010.0.214.200-4. Desapropriação de imóvel da avenida Robert Kennedy, 3068. Valor da complementação, R\$ 56.643,17. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovada por unanimidade. O item 14 – Processo 2010.0.222.972-0, desapropriação de imóvel da rua Peixe Vivo, número 216. Valor total da complementação, R\$ 110.217,60. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então, aprovada por unanimidade. O item 15 - Processo 2010.0.222.969-0, desapropriação do imóvel da rua Peixe Vivo, 248 e 236. Valor da complementação: R\$ 239.076,81. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Item 16 - Processo 2010.0.214.140-7, desapropriação do imóvel da rua Peixe Vivo, 122/05. Valor da complementação, R\$ 81.340,35. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Lembrando que esse é um dos processos que já passou aqui, por esse



Conselho, e que foi aprovado previamente pela resolução 14 CONFEMA/2012. Então a gente está aprovando agora, a complementação de valor. O item 17 - Processo é o 2010.0.214.186-5, desapropriação do imóvel da avenida Robert Kennedy, 3022 e 3366. Valor da complementação, R\$ 118.599,87. Esse processo também já passou por esse Conselho, e foi aprovado pela resolução 15 CONFEMA/2012. Agora vota-se a complementação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovada por unanimidade. Item 18 - Processo 2010.0.214.153-9, desapropriação do imóvel da rua Peixe Vivo, 140. O valor da complementação, R\$ 85.928,25. Também já passou por esse Conselho, e foi aprovado pela resolução 18 CONFEMA/2012. Os Conselheiros favoráveis à proposta de complementação de valor, permaneçam como estão. Então projeto aprovado por unanimidade. O item 19 - Processo 2010.0.224.769-8. Desapropriação do imóvel da avenida Robert Kennedy, 2968. Valor da complementação, R\$ 59.164,80. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. O item 20 – Processo 2010.0.222.965-7, desapropriação do imóvel da rua Peixe Vivo, número 15. Valor da complementação, R\$ 95.031,47. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. E o item 21 - Processo 2010.0.214.120-2. Desapropriação do imóvel da rua Peixe Vivo, 92/15. Valor da complementação, R\$ 82.177,74. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Só a título de informação, o valor da somatória das propostas aqui apresentadas para o Parque Linear Praia de São Paulo, implica no montante de R\$ 2.082.229,81, ou 61 centavos, porque teve a alteração lá, de um dos projetos, mas esse é o valor que este Conselho está deliberando neste momento para este parque, de desapropriações. Eu volto a palavra agora, para a Maria Rosa, que vai fazer a apresentação dos Parques, o Ribeirão Colônia e o Guaratiba, é isso?

(fala sem microfone)

Maria Rosa: (incompreensível) nascentes do Ribeirão Colônia, um melhoramento também, que está sendo implantado, vai ser implantado, na zona sul. É uma área que a SABESP comprou integral, de porteira fechada, e teve algum probleminha com a documentação. E DESAP não aceita a documentação... Tem que ser... o último documento é a matrícula. A matrícula é o documento oficial. Então nós pegamos parte da área total, porque nós temos que ter o confrontante, como eu expliquei para você. O confrontante da área necessária. Então nós fizemos essa parte, a Karen mostra que a matrícula é total, e pegamos só uma parte da área necessária, porque o confrontante é a própria matrícula. Porque o restante do decreto de utilidade pública, ele está acertando, ainda, o documento, para chegar a um documento que seria a matrícula, o último documento necessário. Então, pode ver, o perímetro é grande. É esse vinho, a cor vinho, e a vermelha é a área necessária, que é do



antigo **Clube da Male**, que a SABESP comprou, e nós fizemos a expropriação, e está aí para ser aprovada.

Cons. Cecília: Então o município vai comprar da SABESP? É isso?

Maria Rosa: Sim.

Cons. Cecília: E a SABESP comprou. Agora o município vai adquirir.

Maria Rosa: E o restante da área, ela vai fazer um termo de cessão de uso para a gente complementar com essa área que nós estamos comprando, até ela regularizar o restante do perímetro do Decreto de Utilidade Pública.

Karen: Só para explicar um pouco melhor do que se trata essa área. Como a Maria Rosa falou, esse perímetro maior se trata do DUP, que é o Decreto de Utilidade Pública. E a intenção é que o Parque contemple toda essa área do Decreto. O que aconteceu em DESAP, aliás, nos Parques que a gente está apresentando, essa foi a única que eu trabalhei diretamente com a expropriação, esse Parque, quando ele era de propriedade da **Male**, antes da SABESP, ele tinha um cercamento total, que é a área desse DUP, onde tem o perímetro mais escuro. Ele tinha um cercamento, que na verdade já foi derrubado. E se tratam de três matrículas de propriedade. Essa propriedade total que a gente está vendo. Desculpa. Se tratam de três áreas. Uma delas não tem matrícula. Nunca teve. Então ele estava cercado, e uma dessas áreas nunca teve matrícula. A questão que a gente teve com o DESAP é que a gente não pode desapropriar uma área que oficialmente, não existe uma titularidade. Então a gente teria que aguardar eles fazerem pelo menos um levantamento (incompreensível) da propriedade total, para garantir, pelo menos, que eles têm a posse dessa área. Então a gente fez esse recorte menor, porque essa área, a gente tem a matrícula oficialmente, e a gente não poderia... O título, na verdade, ele pega toda essa área aqui. Ele começa daqui, e vem mais ou menos até aqui. A parte que não tem matrícula é uma parte aqui, para o meio. Quando a gente envia uma planta para o DESAP, a gente precisa assegurar quem são os confrontantes dessa área. Então a gente teve que fazer um recorte, colocando o que a gente tem como título, como o próprio confrontante. Então, essa área, a matrícula inteira, ela pega, mais ou menos por aqui. Então a gente garante quem são os confrontantes. São eles mesmos. Então por isso que a gente escolheu só essa parte. O resto pretende-se que seja integrado ao Parque, mas como a Maria Rosa disse, vai ser por algum tipo de cessão de uso com a SABESP.

(fala sem microfone)



Maria Rosa: A SABESP se comprometeu a verificar, atualizar essa documentação. E nesse tempo que ela verifica essa documentação, ela dá a cessão de uso para a gente, para ficar um parque total. Mas (incompreensível).

Cons. Cecília: Maria Rosa, esse compromisso da SABESP está por escrito? É um anexo do... Porque uma coisa é a gente adquirir já tendo o compromisso de cessão. Ou seja, existe uma documentação, ou ela só se comprometeu assim, oralmente?

Maria Rosa: Não. Em uma das reuniões que nós tivemos, ela se comprometeu, por quê? A área encravada, que não tem... A área do meio é a área encravada. Então, como ela está toda cercada, ela pode fazer como usucapião, se não achar a titularidade de quem é essa área. Então, tipo assim, esse clube tem mais de 10, 15 anos. E não precisa de mais nada. Então ela vai regularizar essa área encravada, que não tem a titularidade, e passar para a gente. Por isso que a expropriação foi feito só de uma parte, como a Karen explicou.

Cons. Cecília: Mas só que você não me respondeu uma coisa. Isso que ela falou que vai conceder está por escrito?

Secretário Carlos Fortner: Isso está sendo tratado lá em SGM.

Maria Rosa: Isso.

Secretário Carlos Fortner: Maria Rosa, se você me permite, eu dar um... Que eu conheço bem, essa área, que eu fui subprefeito lá de Parelheiros. Então esse Parque da **Male** era conhecido como clube da Male. A **Male** é uma indústria metalúrgica, eu acho, que tinha essa área lá em Parelheiros, e usava aquilo como clube. A área, como um todo, é toda aquela mata. E dentro da mata, naquele quadrado que está destacado, onde não tem, justamente, a mata, é onde estão os equipamentos do clube. Então tem ali campo de futebol, quadra poliesportiva, tem um lago, tem churrasqueiras, e tem uma sede. Isso já está pronto, lá. Já está construído. E a SABESP tem mantido isso, apesar de não ter sido usado. Está sem uso agora. Eu saí de Parelheiros em 2009... Naquela época já tinha, acho que uns 4, 5 anos que isso já estava parado, e está parado desde então. Como a grande parte dessas áreas de Parelheiros, ela não tem os confrontantes. Sempre tem um problema fundiário. Não consegue dizer: “*olha, o vizinho é esse...*”, dizer certinho onde são os limites. Não tem o registro de imóveis claro, isso aí. Volta aquele slide. Então, quando foi para a DESAP, esse processo, eles identificaram que aquela área não tinha a documentação cristalina. Quer dizer, não dá para dizer: termina aqui, ou vai para lá, e começa no outro, o vizinho. Daí, saiu essa decisão. Então vamos delimitar um pedaço, que já dá para desapropriar, com certeza, não tem risco de desapropriar um imóvel que não é aquele que a gente está querendo



desapropriar, que saía fora da DUP, por exemplo. Então aquilo fica claro. Esse convênio com a SABESP, isso está sendo tratado na Secretaria de Governo, para que se possa ter o restante da área. Quando a gente olha o restante da área, nem a SABESP nem ninguém pode fazer nada, lá. Porque é uma área de proteção de manancial. E é uma vegetação. Mesmo para o Parque, não vai ter uso público intensivo. É um uso monitorado, é uma trilha de pesquisa, alguma coisa assim. O uso como parque urbano, seria só dentro daquele quadrado, e até uma parte só, daquele quadrado. Tem um trecho daquele quadrado que nem já seria mais parque urbano. Não teria churrasqueira, a quadra poliesportiva e o vestiário. O que a gente está desapropriando é só um pedaço disso tudo. O restante da área, a SABESP não vai poder fazer nada. Continua, por enquanto, com a titularidade da SABESP, até que se façam todos esses levantamentos, que se tenha certeza, bem claro, do que é o limite, para que se possa fazer a desapropriação, sem desapropriar, de repente, o terreno do vizinho. O grande risco é esse. Amanhã, a gente responde por ter desapropriado o terreno do vizinho. E não vai ter uso daquilo. Então essa tratativa não está sendo feita aqui. Esta sendo feita pela Secretaria de Governo junto à SABESP, que isso, sempre quando tem um convênio com a SABESP, como são, inclusive, outros parques, foi feito na Secretaria do Governo. Mas isso está sendo tratado. Não tem, hoje, esse termo ainda, porque nem dá para a SABESP poder formalizar um termo porque não tem a descrição correta da área.

Maria Rosa: Isso é uma coisa muito vaga. Por isso, que não tem essa...

Secretário Carlos Fortner: Existem muitos terrenos lá em Parelheiros, que não têm documento.

Cons. Cecília: Mas sobre isso, eu gostaria também de deixar aqui registrado que a prefeitura de São Paulo, ela cresceu desordenadamente, a gente sabe, em 1920, com o boom do café. Ela não conseguiu... Não foi algo planejado, nem controlado, nem nada disso, nem estou querendo culpar ninguém por isso, nem nada. Mas eu acho que agora a gente está num momento de repensar uma área que não tem titularidade, é uma área pública. Por que ela deve... Por que nunca... Por exemplo, vou dar um exemplo. Me desculpem voltar, mas eu acho que é uma questão que eu gostaria que ficasse registrada. Por exemplo, a rua da Fonte. A gente vai procurar, é uma rua que hoje, a gente sabe pelos estudos que ela é muito antiga. Só que vai encontrar... Qual o processo que a nossa prefeitura faz? Ela vai procurar lá em DESAP, quando ou desapropriou ou doou a alguém, ou fez um loteamento. Não teve loteamento. É tudo gleba. Não só aquela, onde eu moro, é gleba também. Não existe. É por isso que hoje é chamado de Morro do Querosene, porque não tem loteamento para nada, ali. Agora, vejam bem... Não tem... Procura nos registros, ninguém doou e ninguém vendeu. Então não é da prefeitura? Como? Como que não é da prefeitura, se a gente tem o depoimento de todos os antigos moradores que



usavam aquela rua, e como é que a prefeitura, até hoje, ela se baseia... que nem essa área, não tem um titular por causa da história, ninguém comprou. Agora, por que a gente já começa a imaginar que se não é de um é do outro? Por que a gente não começa a imaginar que se não é de um nem de outro, é nossa? A rua da Fonte, ela é nossa. E a gente está tendo o maior trabalho, porque os funcionários da prefeitura, eles só conseguem entender que uma rua, ou ela foi doada, ou ela foi comprada. Ou ela foi loteada. Doada ou comprada. Não conseguem entender que já existiam pessoas ali, a rua já existia, todo mundo já usava aquela rua, já tinha nome, já tinha placa pendurada, e agora... Quer dizer, eu acho que aí, pode bem estar acontecendo uma coisa como da rua da Fonte. É uma área que já é nossa. A gente não precisa comprar.

Secretário Carlos Fortner: Acho que a senhora está correta. A senhora está respaldada de razão, nisso. Porque essa área... agora voltou o slide, a área que se tem certeza da titularidade, é aquele quadrado. Aquilo tem certeza de titularidade. Aquela tem documento. Então aquela está registrada, está certinha. O restante, onde têm dúvida, pode ser até que seja uma área pública. Então não faz sentido a gente usar dinheiro público para desapropriar uma área que ainda, talvez, seja pública.

Cons. Cecília: E nem pedir concessão. Talvez nem precisa de concessão.

Secretário Carlos Fortner: Exatamente. Por isso que isso não...

Cons. Cecília: Porque ela já é nossa.

Secretário Carlos Fortner: Pode até ser isso. Pode até ser. Não posso afirmar isso com certeza. Mas o que a gente pode afirmar com certeza, é o quadrado. É o quadrado que vocês levantaram, esse é certo. Esse é líquido e certo. Esse não tem o que discutir. O restante, por ter alguma dúvida, alguma imprecisão ainda, a gente não pode nem avançar.

Cons. Cecília: Agora, veja bem a ironia. A gente vai comprar, a gente está em uma Secretaria do Verde, e a gente vai comprar exatamente o que tem menos verde, ali. O que está mais deteriorado. Ou seja, o que a gente deveria de estar preocupado, era justamente com essa parte que tem mais verde. Inclusive, eu me pergunto: por que não esticou o DUP para aquele verdinho que sobrou ali, para o verdinho do lado de cá?

Secretário Carlos Fortner: O decreto é tudo, ele engloba tudo. Toda área verde, ali. Não é nem verdinho. O verdão, uma mata bem fechada, lá. O decreto encobre tudo.

(fala fora do microfone)



Cons. Cecília: Então, por que não incluiu aquele verde ali?

Secretário Carlos Fortner: Esse pedaço que não tem a documentação.

Cons. Cecília: Não. Em cima.

Maria Rosa: Em cima. Porque nós tínhamos que ter um confrontante, como foi explicado. E o confrontante é a própria matrícula.

Cons. Cecília: Por que temos?

Maria Rosa: Eu não posso recortar mais aqui, e deixar uma área...

Cons. Cecília: Não, não. Essa parte de cima, fora do...

Secretário Carlos Fortner: Ela está se referindo que a parte de cima fosse incluída na DUP, também.

Cons. Cecília: É claro. Claro.

Maria Rosa: A titulação dessa área... Porque essa zona sul, era uma cidade, tipo Santo Amaro. São Paulo era uma cidade, Santo Amaro era outra. Então tem uma história, muito assim, das capitâneas hereditárias, então se a gente for aprofundar, realmente a gente fica em dúvida. Mas não é uma dúvida... como é que fala? Depois que separou, nós fizemos os voos, tem voo da SARA, voo da VASP. Então dá para você especificar e confrontar com a titularidade da área.

Cons. Cecília: Mas espera um pouquinho. Lá, no outro, que a gente acabou de ver, existiam vários proprietários diferentes, vários confrontantes diferentes, se a gente aqui está preocupada em preservar o verde, não é isso que é a nossa proposta, primeiro?

Coordenadora Helena Magozo: A pergunta é por que na DUP, quando o DEPLAN pediu...

Maria Rosa: Porque a matrícula...

Coordenadora Helena Magozo: Por que não incluiu aquela parte de cima?

Cons. Cecília: A parte de cima, e a parte de baixo, também.

(falas sobrepostas)



Secretário Carlos Fortner: Quando foi emitido o decreto de utilidade pública, por que não se incluiu esse pedaço de cima, e outro, lá de baixo?

Cons. Cecília: E o de baixo?

Secretário Carlos Fortner: Qual foi o... Eu vou sugerir o seguinte...

Cons. Cecília: Aí, nesse de baixo?

Secretário Carlos Fortner: Eu vou sugerir da gente averiguar, entender se tem algum motivo disso não ter sido, e se não foi, e pode ser, que seja. Eu acho que é interessante que...

Cons. Cecília: Por exemplo, ou pelo menos, que a gente fique entendendo. Eu acho que já é um grande avanço para a nossa cidade, a gente entender como são... mesmo que a gente não corrija os problemas, mas já ir entendendo os motivos.

Secretário Carlos Fortner: Maria Rosa, eu pediria isso depois. A gente ver em DEPLAN, se aquela área, se ela pode ser incluída ou pode fazer de novo a DUP. Incluir aquela e a de baixo, para entender porque não foi. Acho que é importante averiguar isso.

Karen: Ela foi delimitada, na verdade, por uma questão... a gente já sabia quem era o dono, tal, da Male, mas eu concordo plenamente. Principalmente com essa área de cima, a gente sabe quem é o proprietário, e ele tem interesse em desapropriar. Aproveitando essa para colocar, porque a gente conhece...

Secretário Carlos Fortner: Acabou sendo feito o DUP só da área que a gente entendia da SABESP. E a gente podia ter avançando mais no de cima, e mais no de baixo também. Que essa área nem deve ser muito cara. Porque aquelas áreas de Parelheiros não são áreas assim, muito... uma área central da cidade, lógico, mais cara. Vamos averiguar. Acho que é importante averiguar isso, sim. A senhora tem toda razão. É importante.

Karen: A parte de cima, eu acho que é bem legal. Inclusive, tem uma nascente aqui. A área da Male têm várias nascentes também. São nascentes do Ribeirão Colônia. A parte de baixo, já era de uma empresa, acho que é Pinus, alguma coisa assim. Não me lembro direito, porque faz bastante tempo que a gente fez esse estudo. Mas em relação ao norte da propriedade, que é da SABESP, hoje, eu concordo (incompreensível).

Secretário Carlos Fortner: Vamos avaliar se isso é possível de incluir no DUP.



Cons. Cecília: Agora, a parte de baixo, mesmo sendo de pinheiros, pinus deve ser pinheiros para fazer papel, celulose, papel, alguma coisa assim. Mas mesmo assim, eu gostaria de... Porque hoje a gente pode reflorestar...

Coordenadora Helena Magozo: E tem outra coisa que precisa avaliar, Cecília, que também eles avaliam, eu vou aprendendo de orelhada, a gente vai formando um consenso, um conceito. Por exemplo, quando você tem atividade econômica na área, às vezes, isso encarece muito a desapropriação. Eu acho que deve se avaliar sim, mas se considerar as características de cada situação. Às vezes, quando tem uma atividade econômica, eu sei, por exemplo, em uma situação que eu participei do Parque Linear Perus, e tinha exploração de água. Aquilo dificultava terrivelmente a questão da desapropriação.

Oradora não identificada: Encarecia muito.

Coordenadora Helena Magozo: Vale essa avaliação preliminar, é muito importante.

Karen: Sim. Nós vamos fazer.

Maria Rosa: Só para a gente saber que não pode por causa disso, por causa daquilo, tal. E a gente registra isso para os futuros.

Secretário Executivo Rubens Borges: Esse é um outro relatório, uma outra área, então, eu vou ler o parecer técnico. “Parecer técnico da comissão de avaliação técnica de avaliação, proposta de desapropriação de imóvel para implantação do Parque Municipal do Ribeirão Colônia. Resumo da proposta: a presente proposta, apresentada por DESAP, visa utilizar recursos do FEMA para desapropriação de imóvel para implantação do Parque Ribeirão Colônia. Proponente é a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, através do DEPLAN. O valor total da desapropriação: R\$ 520.938,35. Avaliação administrativa. Análise e avaliação da proposta: a CAV informa que a proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que determina explicitamente, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destina-se principalmente, a apoiar, entre outros, a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental. Enquadramento nas estratégias de ação recomendadas: segundo a resolução 146 do CADES de 2012, de 26 de março de 2012, que trata da diretriz anual para utilização de recursos do FEMA, nos termos do artigo 8º, inciso 1, do decreto 41.713, de 25/2/2002, observamos que a presente proposta se enquadra na diretriz referente à expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação. Análise técnica da proposta: a presente proposta se refere à desapropriação de um imóvel da SABESP, que fará parte do futuro Parque Municipal do Ribeirão Colônia,



considerando-se a importância da preservação da área e o fato de que este parque fará parte de uma intervenção maior, que compreende a preservação das áreas verdes do sul do município de São Paulo, fazendo parte também do Plano Diretor Estratégico da cidade, e do Plano Regional Estratégico da subprefeitura de Parelheiros, conforme parecer de página 2 do processo, somos favoráveis ao prosseguimento do processo. Análise econômica e orçamentária da proposta: valor referencial da desapropriação foi definido por DESAP, segundo os critérios técnicos para esse tipo de avaliação. Entendemos que o valor é adequado, visto que servirá de base para desapropriação do imóvel. Conclusão, a CAV considera que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidos para contemplação do financiamento do FEMA. São Paulo, 1º de junho de 2012.” Então, os Conselheiros que são favoráveis à proposta de desapropriação da área da SABESP para implantação do Parque Ribeirão Colônia, permaneçam como estão. Proposta aprovada por unanimidade. Próxima proposta seriam quatro processos, relativos a desapropriações para implantação do Parque Linear Guaratiba. Eu vou pedir para a Rosa fazer a apresentação.

(fala sem microfone)

Maria Rosa: O Parque Guaratiba, a implantação desse parque fica na zona leste de São Paulo. Ele está contido no melhoramento de Guaianases. Ele é um decreto do decreto, bem maior. A totalidade desse decreto, são quatro decretos, que já têm áreas expropriadas. São três áreas desapropriadas, e essa que está para ser reformada. A do piscinão também. São Mateus fica próximo, e uma área total de 412.527,60 metros quadrados. A área, que são esses quatro processos a serem aprovados, fica na avenida Arquiteto Roberto Aflalo. E a implantação, nós fizemos em cima do voo... Essa linha em vermelho, que é expropriatória, é a única que tem as emissões da posse, e mais o melhoramento do sistema São Mateus. Agora, essa área para ser aprovada, consta neste... a área amarela, rosa, verde e azul. São quatro processos. Este foi um loteamento que não foi implantado, mas nós fizemos a expropriatória em cima desse loteamento. Aí é um proprietário... Aqui é um croqui do parque a ser implantado, do primeiro processo, que é esse lote em vermelho. O segundo processo é esse lote verde, dá para ver esse lote verde, aqui? É o segundo processo, que está contido no Guaratiba. Esse em azul é o terceiro processo, que também são vários lotes, nessa área. E o outro, o amarelo, que também é o quarto processo a ser aprovado. Aí é um croqui, como eu já disse, do Parque junto com o piscinão, para vocês verem a implantação que será feita.

(fala fora do microfone).

Cons. Cecília: Nessa área à direita, xadrezada, aí, onde você está. Isso vai ser Parque também?



Maria Rosa: Não. São ruas existentes no local. Passa para aquela do voo. Isso, embaixo. Tem a avenida, antiga (incompreensível).

Cons. Cecília: Não. É a área de cima. É uma área verde também.

Maria Rosa: Isso daqui?

Cons. Cecília: Não. Mais para baixo. Aí. Não é aí? Não, não. Mais para a esquerda. A gente está desapropriando essa vermelha, essas daí, que são os quadradinhos, não é?

Maria Rosa: Isso. Foi a primeira expropriatória do Parque Guaianases.

Cons. Cecília: Ah, essa daí já estava expropriada, então?

Maria Rosa: Não. Já tem emissão na posse, lá em cima. Essa daí são os processos que nós estamos aprovando. São quatro processos que a Helena...

(fala sem microfone)

Karen: Qual? Ah, certo. Então, acho que ela está perguntando dessa área, que tem um vazio aqui no meio...

Cons. Cecília: É.

Karen: Só para explicar exatamente essa legenda, deixa eu voltar nesse caso aqui. O que está em vermelho claro, foram as plantas que já foram enviadas à DESAP. Estão em avaliação. O que está hachurado, são áreas que têm emissão na posse. Quer dizer que já são da municipalidade. Essa parte em vazio, que você está perguntando, provavelmente vai ser feita uma expropriatória posteriormente. A intenção é pegar toda essa área, mesmo. É que ainda não foi enviado.

Cons. Alexandre: Eu queria ter uma noção do resto da área, porque esse daí é um trecho, não é? Como é que está o andamento do resto da área do Parque Linear Guaratiba?

(fala sem microfone)

Maria Rosa: Este daí é o total. Já tem aqui, esse Parque aqui já foi implantado. Esta área já está em DESAP para fazer a avaliação. Tem essa outra área também, que já está desapropriada. Já tem área desapropriada. Aqui é um decreto, essas duas áreas pertencem a esse decreto.

Cons. Alexandre: Ainda estão em andamento esses estudos?



Maria Rosa: Essas duas, sim. Estão sendo avaliadas em DESAP. Já foi feita a expropriatória, mas não foi feita a avaliação ainda.

Cons. Alexandre: Um primeiro comentário: minha organização atua ali na região do Conjunto do José Bonifácio, e tem uma região conhecida como Chácaras. Que é limítrofe à área prevista da fase 2 do Parque Linear Guaratiba. Nessa região tem dois córregos, mas tem um, particularmente, que é mais acessível, tem algumas nascentes, o córrego é limpo, praticamente não tem ocupação ali na área, e ele é afluente do Guaratiba. A gente não sabe o nome desse córrego. A comunidade também não sabe. E conversando com o DEPAVE, nos foi informado que é provavelmente pela subprefeitura de Itaquera, na ocasião, não estar presente nas reuniões, isso não foi incluído no projeto do parque. Mas a gente está com uma solicitação mesmo, de inclusão dessa área. Não está prevista.

Maria Rosa: Vocês já enviaram para alguém?

Cons. Alexandre: Não. Eu estou com o ofício hoje, na verdade.

Maria Rosa: Poderia fazer um croqui da área, e enviar para a gente, e aí vai ser analisado em DEPLAN.

Coordenadora Helena Magozo: O Alexandre colocou na reunião do CADES, ele é conselheiro suplente do CADES, ele estava naquele dia, na **coletiva**. Ele colocou essa questão, e foi exatamente o que a Rosélia orientou. *“Fala para ele mandar para a DEPLAN, para a gente estar avaliando, exatamente, a proposta.”*

Secretário Carlos Fortner: Você consegue, em cima de uma cópia do Google, marcar o perímetro? É o suficiente para começar.

Cons. Alexandre: Com certeza. Só mais uma dúvida, que eu estava vendo aqui no processo, inicialmente, estava previsto uma pedreira que tem aí do lado do piscinão. Eu não sei agora, localizar na foto. Mas eu vi que... Só para entender mesmo, o andamento. Parece que foi retirada porque é inviável a... Não é nem o piscinão. Acho que é mais para... . Não pega na aérea. Eu só queria entender (incompreensível).

Secretário Carlos Fortner: A pedreira é mais para baixo. Existe uma pedreira lá.

Cons. Alexandre: Isso. São duas ali, na verdade. No projeto inicial, pelo menos, da fase 2 do Parque Linear, estava inclusa a área dessa pedreira, eu só vi aqui no processo que parece inviável, por conta do passivo ambiental. Não sei se vocês têm alguma informação a esse respeito.



Maria Rosa: No momento não. Mas podemos verificar sobre essa área que você está expondo.

Secretário Carlos Fortner: A pedreira está ativa?

Cons. Alexandre: Acredito que não. Acho que não.

Cons. Alexandre: Mais alguma coisa? Têm dúvidas?

Secretário Executivo Rubens Borges: Vamos voltar àquela nossa tabela então, porque são 4 processos, e a gente vota individualmente. Item 21 já foi votado. A desapropriação da Estrada da Colônia já foi votado. Agora gente vai entrar aqui, nesse bloco, que seria o bloco 3. São 4 processos relativos às desapropriações para o Parque Guaratiba. Então eu vou ler o parecer técnico da Comissão de Avaliação Técnica, vou ler uma única vez, depois a gente faz a votação dos quatro. A proposta é desapropriação de área para expansão do Parque Linear Guaratiba. Resumo da proposta: a presente proposta apresentada por DESAP visa utilizar recursos do FEMA para desapropriação de área para expansão do Parque Linear Guaratiba. Proponente é o DESAP. Valor total... Cada um vai ter o seu valor que eu vou especificar depois. Análise e avaliação da proposta: segundo a CAV, a proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destina-se, principalmente, a apoiar, entre outros, a manutenção, melhoria, e recuperação da qualidade ambiental. Enquadramento nas estratégias de ação recomendadas: segundo a resolução 146/CADES/2012, de 26 de março de 2012, que trata da diretriz anual para utilização dos recursos do FEMA, nos termos do artigo 8º, inciso 1, do decreto 41.713, de 25/02/2002, observamos que a presente proposta se enquadra na diretriz referente à expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação. Análise técnica da proposta: a presente proposta se refere à desapropriação de área, que fará parte da expansão do Parque Linear Guaratiba. Considerando-se a importância da preservação da área, e o fato de que esta área irá ampliar o parque, somos favoráveis à desapropriação. Análise econômica e orçamentária da proposta: a ata de reunião da câmara de compensação ambiental, que aprovou a utilização de recursos do FEMA, encontra-se anexada à página 118 desse processo. O valor referencial da desapropriação foi definido por DESAP, segundo os critérios técnicos para esse tipo de avaliação. A CAV considera o valor adequado, visto que servirá de base para desapropriação do imóvel. Conclusão do relatório técnico: a CAV considera que a proposta atende aos critérios de seleção, estabelecidos para contemplação de financiamento do FEMA. Então esse é o relatório técnico, que cabe para os quatro processos que eu vou estar citando agora. Então, o primeiro processo é o de número 2012.0.063.346-2, a desapropriação de



imóvel da avenida Monte Alegre de Minas, 2079 e 2085, logradouros não abertos para implantação do Parque Linear Guaratiba. Valor da desapropriação, R\$ 226.739,19. Os Conselheiros que são favoráveis à proposta, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. O segundo processo é o 2012.0.063.325-0, desapropriação do imóvel da avenida Monte Alegre de Minas, 2031, e logradouros não abertos, para implantação do Parque Linear Guaratiba. Valor total da desapropriação, R\$ 1.200.023,30. Os Conselheiros que são favoráveis à presente proposta, permaneçam como estão. O terceiro processo é o de número 2012.0.063.344-6, desapropriação do imóvel da avenida rio Cavernoso, sem número, lote 2, quadra 1, para implantação do Parque Linear Guaratiba. Valor total da desapropriação, R\$ 12.604,50. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. E o quarto processo é o de 2012.0.063.339-0, referente à desapropriação de imóvel da rua São Luiz e avenida Monte Alegre de Minas, sem número, lotes 7 a 11, quadra 3, para implantação do Parque Linear Guaratiba. Valor total da desapropriação, R\$ 22.206,61. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Nós ainda temos outros três processos para votar, e um deles refere-se a uma complementação de recursos do Parque Linear Central do Itaim, que também já passou por esse Conselho e foi aprovado pela resolução 106. Não sei se a Maria Rosa vai falar alguma coisa.

Cons. Cecília: Maria Rosa, só um esclarecimento. Você disse que não tinha loteamento aprovado?

Maria Rosa: Nesse do Guaratiba tem loteamento aprovado. Não foi implantado.

Cons. Cecília: Ah, mas tem loteamento aprovado? Está certo.

Maria Rosa: Tem aprovado, mas não foi implantado.

Cons. Cecília: Está bom.

Maria Rosa: Certo?

(fala fora do microfone)

Maria Rosa: O Parque Ecológico Central do Itaim fica também na zona leste. Ele é aprovado por uma lei. E nós já estamos com parte dele já implantado. Nós vamos agora, se aprovado, um imóvel que nós vamos apresentar aqui. Esse é o perímetro do Parque. Essa área tracejada, a implantação já está sendo feita, tem uma autorização. Ainda não saiu a emissão, mas já fomos



autorizadas. E é esse o lote que nós estamos agora, com o processo, para ser aprovado.

(fala fora do microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu vou ler o parecer técnico da Comissão. A Comissão Técnica de Avaliação, é um adendo ao Parecer Técnico Inicial, que já foi submetido a esse Conselho. Segue abaixo, complementação de parecer técnico sobre proposta apresentada pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente, para utilização de recursos da dotação do FEMA, referente ao processo de número 2010.0.067.209-0, anexada às páginas 55 do processo. A proposta - desapropriação de propriedade de Cleide Lima Batista, situada à rua Vereda do Paraíso, número 138. O proponente é a própria Secretaria do Verde, através do DEPLAN. O valor do depósito inicial foi de R\$ 293.390,57. E o valor a ser depositado, da diferença, que é o objeto da votação é R\$ 83.715,48 correspondente a valores para depósito em junho de 2012. Ou seja, neste mês ainda. Análise e avaliação da proposta: em virtude de ter havido apenas a atualização do valor de avaliação administrativa, e pelo fato da viabilidade técnica orçamentária ter sido avaliada no parecer original da Comissão de Avaliação do projeto, anexado à página 55 do processo, não temos nada a opor, e somos pelo prosseguimento do processo. Solicitamos observar a cópia de página 116 do processo, que contém valor calculado para depósito para o mês de junho de 2012. São Paulo, 25 de maio de 2012. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Alguma pergunta? Então vamos para a votação. Os Conselheiros que são favoráveis à proposta de complementação de recursos, uma vez que já houve votação anterior, por este CONFEMA, permaneçam como estão. Então está aprovada por unanimidade. Nós temos ainda, outros dois projetos para serem votados. E aí, eu não sei se a Helena quer...

Coordenadora Helena Magozo: Nós estamos aqui com o Beto, que ele é de DEPAVE 1, que assim, a gente sempre traz o técnico que acompanha o projeto, para qualquer questão colocada. No caso, o projeto é o de número 4, apreciação e deliberação sobre contratação de projeto de nova rede geral de abastecimento de água do Parque Anhanguera, processo 2010.0.170.535-8. Acho que as colegas da Finanças e Planejamento já estavam no Conselho, talvez o **Maestro** também, não sei se a Cecília, quando foram aprovadas muitas instalações, muitas melhorias no Parque Anhanguera. Pelos créditos de carbono do Aterro Bandeirantes. O que aconteceu é que existe uma questão crucial a ser resolvida no Parque Anhanguera, e dentro de uma questão **que nos é cara**, que é a sustentabilidade, que é a questão do abastecimento de água e a questão do esgotamento. Esse projeto foi apresentado para dar conta dessa questão que, inclusive, é imprescindível para o funcionamento dos equipamentos lá implantados. Eu queria que o Beto explicasse rapidamente, e aí, pudesse responder qualquer dúvida. E trata só de uma complementação de



prazo de valor de três mil e poucos reais que está colocado aqui. Mas toda alteração de valor tem que voltar para esse Conselho. Pode falar, Beto.

Beto: Eu trouxe uma pequena apresentação, não sei se vocês querem que exponha. Mas enfim, o projeto foi iniciado em outubro do ano passado, de 2011. O que a gente está propondo hoje, aqui, nessa reunião, é uma complementação no valor do levantamento do (incompreensível) realizado. Inicialmente, esse valor era de 60 mil metros quadrados. Ele já havia sido aditado para 90 mil metros quadrados por uma estimativa nossa, em relação a vistorias realizadas depois da contratação do projeto, mas em relação à área efetivamente levantada pela empresa que realizou o levantamento, a gente teve aí, uma diferença, de quase 7 mil metros quadrados. Então, esse aditivo de valor que a gente propõe, é justamente em relação a esse complemento da área efetivamente levantada pela empresa, que foi conferida, (incompreensível) foi aprovado por DEPAVE 1, e está dentro dos parâmetros que são exigidos. Em relação ao aditivo de prazo, ele se justifica principalmente por esse aumento da área do **LEPAC**, que demandou um prolongamento bastante grande do projeto. Ou seja, sem essas informações plantimétricas, cadastrais, a gente não poderia continuar a desenvolver o projeto além das etapas de estudo preliminar, anteprojeto, e aí, após a aprovação do **LEPAC**, a gente pôde encaminhar também o anteprojeto. Então esse aditivo de prazo que a gente pede, de cerca de 60 dias, é justamente para poder atender ao desenvolvimento do projeto básico completo, principalmente às revisões que serão necessárias. Então a gente entende que esse tempo maior é necessário, não somente para que a empresa entregue o projeto, mas principalmente que o DEPAVE possa conferir, e realmente verificar se tudo atende às propostas inicialmente realizadas.

Cons. Cecília: Eu tenho uma curiosidade. Esse abastecimento de água significa bebedouros para as pessoas que passeiam pelo parque? O que é esse abastecimento de água?

Beto: Atualmente, o Parque Ananguera, a fonte de água dele é de um poço que era artesiano. Ele sofreu um solapamento. Sofreu um desmoronamento, e esse poço, hoje, está comprometido. Esse comprometimento do poço atual, ele reflete, não somente na quantidade de água, mas reflete também na qualidade da água. Então hoje, o Parque Ananguera, ele é abastecido... enfim, a água disponibilizada por este poço, é uma água contaminada, imprópria para consumo. E o abastecimento que é destinado aos visitantes, faz através de galão de água. Então tem uma demanda atual de compra de água, tal. Então este projeto da nova rede, ele prevê a perfuração de novos poços, para que possam, não somente atender a visitação pública, mas também, atender aos novos programas, que é o CRAS, Escola de Marcenaria, atender as novas e atuais demandas do Parque. Então é uma situação bastante emergencial, a questão da água, lá no Ananguera.



Secretário Carlos Fortner: Deixa eu só fazer uma complementação. A água, de fato, o poço que existia lá, que fornecia água para a rede como um todo, desabou. Um pedaço do poço desabou. Então quando foi esvaziar a água contaminada, uma água imprópria para o consumo humano. Ela pode ser usada para regar etc. E a água do bebedouro está vindo de galão, então ela é de caminhão pipa.

Beto: Já é uma demanda enfim, que é bastante emergencial.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então eu vou fazer a leitura do parecer técnico da Comissão de Avaliação Técnica. Ela é uma complementação do parecer técnico anterior. O texto diz: Segue abaixo, complementação de parecer técnico sobre proposta apresentada pelo DEPAVE 1 para utilização dos recursos de dotação do FEMA, créditos de carbono, referente a processo de número 2010.0.170.535-8, anexado à página 74 do presente processo, em complementação de parecer técnico anexado às páginas 460. A proposta é a execução de serviços preliminares, e projeto básico completo da nova rede de abastecimento de água do Parque Anhangüera. O proponente é a Secretaria do Verde, através do DEPAVE 1. O valor total da obra é R\$ 165.013,42. Mas o que se vota aqui, é o ajuste, apenas. Análise e avaliação da proposta: resumo da proposta, a presente proposta faz parte de uma série de intervenções relativas à reforma, manutenção e implantação de uma nova rede de abastecimento de água para o Parque Anhangüera. O processo visa contratar o projeto da nova rede geral de abastecimento de água do Parque Anhangüera, justificada pelo fato da precariedade e deterioração da atual rede de abastecimento de água, contaminação da água em alguns pontos examinados, e limitação da atual rede, perante a previsão de reforma e ampliação da área de visitação do Parque. E implantação de novos equipamentos, como viveiro de produção de mudas, a Escola de Marcenaria, e o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres. Avalia-se aqui, o pedido de aditamento de prazo, e valor contratual. Análise técnica da proposta: a prorrogação do prazo contratual e o novo valor contratual estão justificados no parecer de DEPAVE 1, anexados às páginas 947 do processo. Segundo informação às páginas 947, estes não alteram o objeto do contrato. Após análise das justificativas, não temos nada a opor quanto ao pedido de aditamento de prazo e valor. Análise econômica e orçamentária da proposta: as justificativas para o aditamento do valor do projeto encontram-se na página 948 do processo. Como o novo acréscimo foi de R\$ 3.940,00, o que corresponde a 2,65% do valor do contrato original, e pelo fato de que ele se justifica tecnicamente, não temos nada a opor quanto à viabilidade econômica do pedido. Conclusão: a CAV considera que o pedido atende aos critérios estabelecidos para contemplação do financiamento do FEMA. Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à proposta de ajuste do presente contrato, permaneçam como estão. Então foi aprovado por unanimidade. E a gente segue para o próximo ponto de pauta, que é o



processo de reforma de sala de aula para implantação do Centro Educacional Socioambiental. Não sei se vocês olharam o processo, parece que alguns Conselheiros estavam olhando...

Coordenadora Helena Magozo: O Agnaldo, da subprefeitura de...

Secretário Executivo Rubens Borges: Acaba de chegar.

Coordenadora Helena Magozo: Não. Ele já estava aguardando. Estava aguardando o horário dele. Agnaldo, você queria falar... O processo está aqui à disposição, e você queria falar um pouquinho do projeto, justificando...

Agnaldo: Bom dia a todos. Eu sou Agnaldo, coordenador de obras da subprefeitura de Perus. Há um mês e meio, dois meses, mais ou menos, mandamos um processo para a Secretaria do Verde, solicitando uma verba que nos ajudasse em relação à reforma de um prédio que nós temos lá, para desenvolver alguns cursos na área ambiental, um trabalho que está sendo feito lá, junto com crianças, com o pessoal da comunidade. Porque lá em Perus, infelizmente, um pessoal meio abandonado, lá. A gente não tem muitos recursos, e não temos, também, muitas atividades que possam aproveitar tirar essas crianças da rua, das favelas, e levar para dentro da subprefeitura, para desenvolver um trabalho sociocultural, ambiental. O potencial lá é muito grande. O pessoal tem uma noção do que se trata a parte ambiental, porque nós somos abastecidos por uma grande área verde, como o Parque Anhanguera e muita área ainda, de matas, que a gente pode desenvolver um trabalho junto com essa molecada, impedindo que haja uma depredação muito grande na região. E a Andréa, que é a nossa funcionária responsável, ela tem feito um trabalho junto com essas comunidades, conversando com as pessoas, com as crianças, nas escolas. E ela necessita de um local para fazer essa concentração, e desenvolver os trabalhos e os cursos. E ela já tem prometido para várias entidades que venham desenvolver esse trabalho lá dentro, com a gente. Inclusive, até o Banco Itaú está se propondo a fazer um trabalho com a gente lá, nesse sentido, de tirar toda essa molecada da rua e levar lá para dentro, conversar, propor, ensinar, e desenvolver um trabalho sociocultural, ambiental, para que desenvolva de uma forma assim, que a gente possa reaproveitar esse pessoal mais tarde. Porque Perus, infelizmente, ainda está muito abandonado pelo poder público. A gente sente lá, que as nossas coisas lá são difíceis, a gente tem que trabalhar muito, entendeu? Hoje, nós estamos desenvolvendo um trabalho nas praças, junto com as comunidades. E quando se faz essa concentração, para (incompreensível) moradores e (fala sem microfone). E a gente tem sentido que está sendo muito bem aceito. (fala sem microfone) Então todo fim de semana, um sim, um não, a gente faz uma concentração (fala sem microfone). A gente fornece os materiais, a própria população ajuda a pintar, rebocar. Fazer um tipo de atividades para que eles possam criar amor por aquele local onde eles habitam. (fala sem microfone) Só



que atrás disso vem também algumas coisas que eles nos solicitam, que levar essa molecada, criar coisa mais específicas para desenvolver um trabalho melhor. E se a gente conseguir fazer essa reforma lá, fazer essa adaptação nessa sala de aula, eu acho que a gente vai conseguir ter êxito nessa nossa proposta. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Alguma pergunta dos conselheiros?

Cons. Alexandre: Eu ano consegui ver o projeto com mais calma. Mas para entender, esse Centro Educacional já existe?

Agnaldo: Existe essa sala. É uma sala que já foi construída há muito tempo, a gente quer fazer algumas adaptações, para que ela fique mais viável ao uso, para o desenvolvimento dos cursos.

Cons. Alexandre: Mas a instituição, o departamento, o Centro Educacional já existe na estrutura da subprefeitura?

Agnaldo: Tem. Na subprefeitura nós temos um departamento que já faz um trabalho voltado para esse tipo de atividade.

Cons. Alexandre: Eu digo porque a minha preocupação... é bem relevante os projetos, as ações. A minha preocupação é só se não houver uma formalização desse Centro Educacional, e eu ano sei se isso já existe, que mudando gestões, que esse recurso foi aplicado para reforma da sala, para curso de educação ambiental, que ele seja utilizado na gestão seguinte, no ano seguinte, para outros... Porque só a reforma de equipamentos públicos, e um projeto atualmente existente, não garante que esse recurso vá ter continuidade. Não sei se há algum decreto institucionalizando esse centro de educação. De onde virão os recursos para manter esse centro. Qual a equipe que vai tocar esse centro e esses projetos? Esse tipo de coisa.

Agnaldo: Acontece o seguinte, a subprefeitura está criando esse projeto, está criando esse corpo de atividade lá dentro. Eu acho que se a gente conseguir ter êxito na implantação, fica difícil em uma mudança de administração o pessoal abandonar. Até porque é uma coisa que eu acho, a gente tem certeza disso, que hoje um trabalho relacionado ao meio ambiente dá-se prosseguimento em todos os governos. Todos têm essa preocupação. Eu acho que se a gente criar forças lá, e demonstrar que o projeto é bom, eu acho que um outro governo, o pessoal não vai tentar mudar, não.

Coordenadora Helena Magozo: Eu entendo a preocupação do Alexandre. Eu tenho uma proposta, seria a seguinte: nós temos lá, na subprefeitura, até bastante atuante, o CADES regional da subprefeitura. Que esse projeto fosse apresentado par ao CADES, de tal maneira que o CADES também se



apropriasse desse projeto, porque eu acho que é um caminho importante para, de repente, da administração, o conselho estar lá. O Conselho vai ser um coletivo para lutar pela preservação do espaço. Eu proponho... não sei, o que vocês acham? Porque eu acho que ele tem razão, você também tem razão. Os dois têm razão. Eu acho que o que a gente puder ter de prudência, no sentido de manutenção desse espaço, a gente deve utilizar, estratégia. Então eu acho que via o CADES regional e a publicização disso, e também estar oferecendo para eles, para outras capacitações, eu acho que é um caminho de asseguramento importante.

Agnaldo: Concordo com a Helena. Se a gente tiver mais participações de pessoas que possam incentivar, ajudar, eu acho que a gente não tem como, eventualmente, em uma mudança de governo, mudar ou acabar com isso aí. Até tem alguns exemplos de algumas coisas que a gente criou quando estava lá no Itaim Paulista, houve mudanças de governos, de partidos, e algumas atividades que a gente tinha criado lá, continua porque houve uma participação popular muito grande. Você entendeu? Você trazendo o povo para dentro fica difícil. Eu acho que qualquer governo, qualquer partido, vendo que há uma participação da população, o pessoal aceita tranquilamente. Independentemente de quem quer que seja, que esteja no governo. Hoje é difícil a popularização do governo perante uma população. Você sabe que existe muitas críticas, muitas coisas, seja lá qual for o governo. Mas se você começar a trazer o povo para dentro, igual nós estamos fazendo lá, com as praças. O pessoal vai lá, faz, discute com a gente: *“Eu quero isso. Quero aquilo.”* Tem um artista, quer fazer um desenho... A gente está fazendo um monte de coisa, e está desenvolvendo um trabalho que eu acho que estamos deixando a população participar da administração. Você entendeu? (incompreensível) essa administração da forma que está sendo conduzida podia repudiar essa participação popular. Lá em Perus, não. Nosso subprefeito, o coronel está trazendo o pessoal lá para dentro, e está tranquilo. Nós não estamos tendo problema nenhum. Não há manifestação, não ninguém criando problema. Então eu acho que essa participação é muito importante. Se a gente ver um local, ainda mais adequado, para fazer alguns cursos, criar algumas coisas específicas, a gente consegue apoio de outras entidades também. Como diz a Andréia, o Banco Itaú está interessadíssimo em fazer cursos, em fazer coisas. Então eu acho que isso é muito importante. Parece que os computadores, um monte de coisa, parecem que já estão previsto para ser doados. Agora, o que acontece? A gente fazer um negócio com força, com vontade, com amor, eu acho que a gente tem que dar prosseguimento e governo nenhum vai mudar o negócio desse. Eu acho que não muda, não.

Coordenadora Helena Magozo: Eu ainda sugiro que na próxima reunião do CADES, você informe dessa aprovação, no sentido de ter uma divulgação maior, que eles acompanhem, inclusive, os investimentos com crédito de carbono, questionam. Eles querem saber. Então eu acho que é uma questão



de transparência e de comunicação que são importantes. Dentro desse sentido socioambiental, quer dizer, não é só para meio ambiente, mas também... Não é só meio ambiente, tem outras questões de inclusão. Mas é socioambiental, e quando houver propostas nesse sentido tem um espaço mais adequado para isso.

Cons. Alexandre: Mas só complementando. Eu entendo, tanto o caráter socioambiental da proposta, não se trata de restringir nesse sentido. E também até uma ansiedade, que até a coisa aconteça, que a reforma aconteça o quanto antes. Mas eu sugeriria que a gente aguardasse. Tanto essa apresentação no CADES Perus, e alguma forma de institucionalização. E aí, você me permita discordar, Agnaldo. Boa vontade, bons projetos não garantem a continuidade. A gente tem muita experiência... Não conheço a realidade de Perus. Eu não posso dizer sobre Perus. Mas de qualquer forma, a gente tem que ter uma garantia de institucionalização disso. Porque frequentemente os corpos profissionais são trocados, esses projetos têm descontinuidade, muitas vezes, à revelia do interesse da população. Então, quando se troca a gestão, quando se troca o corpo de recursos humanos que toca isso, se extinguem espaços onde se realizam certas atividades sem se informar à população. Então, se não tiver um respaldo legal, jurídico, e se há um interesse da subprefeitura nisso, eu acho que é tranquilo garantir esse respaldo jurídico. Não dá, só com boa vontade, para garantir essas continuidades. Para a gente poder ter essa certeza, eu acredito, minha posição, certeza de que esses recursos que vão ser aplicados agora, vão ter continuidade da boa utilização dos recursos nas próximas gestões, nos próximos anos, a gente precisaria ter esse respaldo melhor.

Orador não identificado: Se eu puder responder à colocação dele...

Cons. Cecília: Eu gostaria... Aí você aproveita e me responde já, para mim também. Eu acho que tem que passar pelo CADES Perus antes, porque também fortalece o CADES. Envolve o CADES que é uma entidade... Eu acho assim, achei muito boa a ideia da Helena, que o CADES endosse, basta endossar, basta mandar uma cartinha, uma maneira de conscientizar e envolver, porque se a gente aprova aqui, eu acho que eles poderiam mandar uma cartinha, endossando. Agora, eu fiquei mais preocupada com outra coisa que você falou. Porque eu sou da área de cultura. E me preocupa muito a gente dar o recurso, para depois, o Banco Itaú fazer atividades lá. Eu acho assim: na cultura, a Fundação Itaú, hoje, as leis de incentivo à cultura, estão se buscando mudar. Por quê? Foi um erro no passado, se dá incentivo, eles... o próprio dinheiro que eles pagariam de impostos, eles usavam na fundação Itaú, até para pagar os funcionários da Fundação Itaú, papel higiênico da Fundação Itaú, água da Fundação Itaú, e ainda divulgavam a marca da Fundação Itaú. Ou seja, propriamente, eles não investiam absolutamente nada. Eles só pagavam o dinheiro... e isso não foi só com o Itaú. A gente sabe que foi



também com outros bancos. Foi um erro gravíssimo que a gente viu, e vê, ainda, acontecendo. Ou seja, a gente está promovendo a divulgação... a gente está promovendo os bancos, que são as entidades que mais ganham dinheiro nesse país. E eu, então, eu acho assim, que eu sou da cultura, e acho que as comunidades têm toda condição de ocupar os espaços culturais. Eu acho assim, que se a Fundação Itaú... ou se o Itaú. Nem vou dizer da Fundação Cultural Itaú. Mas se o Itaú, ele quer colaborar, pelo menos, que ele faça essa reforma. Se o espaço já existe, pelo menos que ele dê alguma coisa. Porque a gente, em cultura, o artista que a gente escolhe, isso que forma a crítica, isso que forma a opinião. Como vai ser o Itaú que vai escolher que produto cultural que vai ser levado? Gente, eu acho isso uma questão seriíssima. Seriíssima. Então, o CADES, ele tem que... Não é só a gente montar lá uma sala. A gente tem que saber se é pagode, que tipo de pagode, se é hip hop, da onde ele vem? A gente não pode, aqui, aprovar, porque é bonitinho falar em educação social e ambiental, porque é bonitinho reunir pessoal em uma sala, mas o que eles estão fazendo lá dentro? Sinceramente, eu acho que levar Itaú para dentro da subprefeitura, eu acho muito complicado.

Coordenadora Helena Magozo: Cecília, eu acho que aqui a questão é da sala. Os projetos, depois, são projetos que dentro das comunidades, do CADES vai ser resolvido. Não está discutindo o projeto cultural.

Cons. Cecília: Helena, espera um pouquinho. A gente está votando uma coisa que é um Centro...

Coordenadora Helena Magozo: Mas ele deu como exemplo o Itaú. Tem outras coisas...

Cons. Cecília: Eu sei. Mas esse exemplo que ele deu, não interessa se é Itaú, Bradesco, Santander. Não interessa o que é. Porque quando se fala em cultura, em educação, precisamos ter muito cuidado. Muito cuidado com isso. Esse daqui, a gente está votando... A gente... Espera um pouquinho. A gente está votando um recurso que é de educação ambiental. A gente precisa...

Coordenadora Helena Magozo: De investimento...

(falas sobrepostas)

Cons. Cecília: A gente não pode dar o dinheiro e você faça o que você quiser, lá. Gente, se for para por um artista lá, uma curadoria, que ele que vai escolher, eu já não vou querer esse centro educacional, lá. Não pode ser ele. Não pode nem...

Agnaldo: Quando eu citei o Itaú, pelo seguinte: que eles estão doando equipamentos para a subprefeitura, para realizar a montagem deste centro.



Não é: o Itaú vai chegar lá e vai mandar. Tenho certeza que não vai ser isso aí. Até porque seria...

Cons. Cecília: Agora, eu preciso saber também, que tipo de equipamento ele está doando. Porque se ele está doando computador que ele não quer mais, que ele não sabe nem o que fazer, que já está sobrando... Eu preciso saber. Porque uma coisa... Eu preciso saber, ele tem o Itautec, imagine uma fábrica de computador, toda hora ele renova computador, ele nem... Ele tem que jogar fora, os computadores. Então, eu preciso saber que tipo de equipamento que está doando. Se vai ter (incompreensível). Como é que está aí? Eu gostaria de saber.

Cons. Alexandre: Eu entendo sua preocupação, Cecília, em relação à questão das parcerias. Acho que um segundo escopo, porque o que está previsto e o que já está acontecendo ali na região, pelo que eu entendi do projeto, é o curso de zeladoria das praças, capacitação para o Projeto **Florir**, Agente jovem, Ação Jovem, se eu não me engano. Então são projetos que no próprio âmbito ali, da subprefeitura, com recursos públicos. Essa questão da doação é uma segunda etapa. O que está no escopo do projeto é mais restrito, mesmo, a essas ações que são públicas, que já estão acontecendo.

Aginaldo: Nós mandamos o projeto, tem toda uma descrição das atividades, das entidades, das pessoas. Inclusive a Andréa teve preocupação em relacionar até a quantidade de crianças que têm participado de atividades lá. Fica a critério da comissão decidir sim ou não. Eu acho que a colocação tem que ser avaliada, como as nossas também têm que ser. E ver o que é melhor para a região. Eu não posso ficar discutindo, brigando. Não estou defendendo Itaú aqui, nem quem quer que seja. Até porque eu não compactuo com esse tipo de exploração através de uma publicidade. Depois o cara fornece um computador e vai fazer uma propaganda dizendo que tudo que está lá dentro é dele. Tenho certeza que a gente vai se preocupar com isso aí, e não vai, de forma nenhuma, deixar. Agora, a nossa preocupação lá é em função da... foi uma região que, na verdade, não tem nada com... Nós estamos nos preocupando em começar a tentar fazer alguma coisa. Agora, para começar a fazer, a gente tem que começar a incentivar, a discutir, a falar. Que não tem como você chegar e implantar um projeto em uma região carente: *“vai ser isso, vai começar amanhã.”* Não tem jeito. Você tem que começar a trabalhar, ir conversando com a população, com as crianças nas escolas, como o pessoal tem feito lá. Agora, é complicado. É difícil em uma região como Perus, que é a periferia da periferia, que às vezes o pessoal até acha que lá é um município, que não é nem uma subprefeitura. Têm coisas absurdas que ocorrem lá, que você fala: *“o pessoal nem sabe que Perus existe.”* O cara sabe que existe Pirituba. Mas acha que Perus está fora do contexto da capital. Então é complicado. Qualquer coisa que a gente faça lá, é muito complicado. Vou dar um exemplo a vocês: quem já viu lá, já voou com a gente lá, sabe como é que



é a região todinha, esse negócio todo. Lá, se for fazer uma regularização mecânica em uma rua, que tem acesso a uma escola oficial, eu preciso pegar autorização, porque 90% da nossa área, ela é irregular. E o Ministério Público não permite que a gente faça um tipo de atividade, seja qual for, no local. Qualquer coisa que eu tenho que fazer lá, tem que pegar autorização, tem que ver se é oficial, se tem processo em **ressolo**, se está em andamento, se pode mexer. Então quando a gente consegue alguma coisa lá, que foi através do Projeto Florir, que nós temos bastante coisa lá, desenvolvemos um trabalho. Lá têm muitas obras feitas, muitas praças feitas pelo crédito de carbono, que acredito que uma das praças são as mais bonitas de São Paulo. Pena que o pessoal não visita lá para conhecer. Os projetos são lindos. O Parque Anhanguera é uma coisa muito bonita, você entendeu? O Ribeirão Perus, que está sendo desenvolvido, porque nós estamos trabalhando para ser (incompreensível). São coisas que estão ocorrendo naquela região. Agora, junto com tudo isso que a gente está fazendo lá, conseguir colocar mais esse trabalho com a molecada, com todos, eu acho que a gente vai desenvolver muito bem a região. E acho difícil alguém que venha em um próximo governo, vá mudar um negócio desses. Porque ninguém quer perder uma clientela, que é a população. A coisa mais difícil do governo, hoje, é trazer a população do seu lado. Se você pega as redes sociais aí, se você observar, é crítica em cima de crítica o dia inteiro. É movimento contra, é uma coisa contra. Não é só (incompreensível), não estou falando da prefeitura de São Paulo. Mas do Brasil em geral, você entendeu? Eu acho que quando a gente consegue fazer uma coisa, vai divulgar, o CADES participando, como falou a Helena, eu acho que a gente consegue fazer um trabalho. Agora, se a gente não tiver um investimento por parte de alguém... porque a subprefeitura, hoje, não tem mais dinheiro. Hoje, o que nós temos, são investimentos de verbas vindas de vereadores, que a gente consegue fazer alguma coisa. O resto é só zeladoria. É manutenção de tapa-buraco, corte de grama. Até as regularizações de áreas que necessitam, que são oficiais, a gente não está conseguindo. Até o dinheiro reservado para o tapa-buraco, hoje, é um absurdo. A gente tem que ficar implorando. Não é como era antigamente, que você tinha uma verba na... que a subprefeitura era subprefeitura. Hoje, infelizmente, eu tenho falado para o pessoal, principalmente o pessoal político, o pessoal mais (incompreensível), posto avançado. Hoje, as subprefeituras voltaram a ser posto avançado. Porque antigamente a gente era subprefeitura, a gente tinha o poder de decidir, de fazer... Hoje, não. Hoje, a gente depende de tudo. (incompreensível) entendeu? É muito difícil trabalhar. Quando a gente consegue desenvolver um projeto, (falha no áudio). Acho que fica a critério de vocês aí, decidirem se é viável...

Coordenadora Helena Magozo: Propomos encaminhamento. Qual que é a minha ideia? Minha ideia... veja se vocês concordam, todas as partes, (falha no áudio) é que esse projeto seja apresentado na próxima reunião do CADES Perus. Eu me comprometo a ir lá também, em nome do CONFEMA, apresentar . E solicitar ao CADES que faça um encaminhamento, além do controle social



que eles exercem, encaminhamento no sentido da efetivação daquele espaço. Se a gente for votar pela efetivação, a gente não vai (incompreensível) agora. Então, a gente amarra as duas coisas. A gente amarra o controle do CADES e o encaminhamento do CADES para que esse espaço seja um espaço permanente, no sentido do que foi proposto. Não sei, é uma proposta. Aí é uma aprovação condicionada a esta apresentação, ao CADES de Perus, e ao encaminhamento da permanência do espaço. Proposta.

Cons. Cecília: Eu também gostaria de saber. Você, por acaso, já tem assim, um projeto, já sabe quando que o Centro ficaria pronto? Você tem uma ideia, já?

Agnaldo: Depende da liberação de verba para fazer uma licitação. A licitação, nós fazemos pela subprefeitura, aí você tem todos os trâmites normais de uma licitação. O processo já está aberto, a gente se propõe...

Cons. Cecília: Mas você já tem algum levantamento?

Agnaldo: Tem tudo. Está tudo aí. Está tudo aí, já. Já tem orçamento, já tem tudo...

Cons. Cecília: Tem prazo, por exemplo? Você imagina quando?

Agnaldo: O prazo que eu... Para execução dessa obra, após a licitação, eu acho que no máximo 60, 70 dias, a obra está pronta. Que é uma reforma, não é uma construção.

Orador não identificado: Agnaldo, eu estou vendo que é reforma. Não é construção. Você pode fazer por ata. Esse serviço pode ser feito por ata, não pode?

Agnaldo: A ata já... A ata venceu.

Orador não identificado: Não. Está sendo renovada, a ata, agora. Porque aí é coisa de 60, 90 dias, está feito.

Agnaldo: Não. Tudo bem. Se tiver a ata, é muito mais rápido, muito mais fácil, muito mais prático, do que eu fazer uma licitação, e quando chegar no meio da licitação, uma empresa impugna, solicita alguma coisa. Agora, se tiver a ata...

(fala sem microfone)

Agnaldo: A ata é um dia. A licitação, pelo menos, demora uns 30 dias.

Orador não identificado: Eu estou entendendo que esse processo aí é o seguinte: a reforma de um imóvel é a mesma coisa que você ter um hardware,



e o software seria o que que vai usar lá dentro. Então, o hardware, se tiver, ele pode ser usado. Se for uma planilha, um editor de texto, um desenho etc. O que está se propondo aqui é que seja feito o desenho, a planilha, o editor de texto, de educação ambiental etc. Nada impede de você poder ter lá, a calculadora, um filminho etc. Lógico. Evidente. Então, isso eu acho que acertando com o CADES, dá definir bem o programa que vai ser usado no equipamento. A pergunta do pessoal é essa.

(fala sem microfone)

Agnaldo: Pode estender por esse tipo de atividade, com participação, você entendeu? O pessoal pode aproveitar. A nossa briga lá, é que nós somos precários.

Cons. Cecília: Uma pergunta mesmo que eu te faço: porque eu sou do CADES Butantã. Aonde eles se reúnem? Eles têm sala na subprefeitura?

Agnaldo: Hoje, nós temos o auditório lá, que é dentro da subprefeitura. É usado para tudo aquilo lá. Qualquer coisa que ocorre em Perus: *“ah, vamos usar o auditório da subprefeitura.”* Porque falta equipamentos para a gente, lá. Termina uma reunião, começa a outra. Às vezes: *“vocês estão invadindo o nosso horário”*, você entendeu? É complicado. Ainda, graças a Deus que nós temos esse auditório, que é um auditório, mais ou menos, de área deve dar isso aqui. Formato diferente, mas uma área, mais ou menos, desse tamanho. É organizado, bonito. Mas falta equipamentos lá. Falta muita coisa, lá, para a gente.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para a deliberação? Seria a aprovação do projeto proposto pela subprefeitura de Perus, condicionada a uma apresentação no CADES Perus, que depois, vai mandar a ata, e que o CADES faça os encaminhamentos em relação à permanência do uso do espaço como proposto.

Cons. Cecília: Eu acho bom. Não só quanto à permanência, mas podemos, quanto ao conteúdo.

Coordenadora Helena Magozo: A proposta é essa, está bom? Então, os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto no contexto colocado, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Me avisa da reunião, que eu vou lá também. Mais alguma coisa, Rubens?

Secretário Executivo Rubens Borges: Só para complementar, esse Conselho, em toda reunião anual de prestação de contas, agora elas seriam periódicas, a gente é cobrado pelo Secretário, e possivelmente seremos cobrados pelo atual Secretário, da execução orçamentária do Fundo, porque nós temos lá um recurso, e esse recurso tem que ser aplicado. Então só para a



gente ter uma ideia, nessa reunião, entre todos os itens que foram votados, nós aprovamos um total de R\$ 4.293.089,36, da execução do Fundo de Meio Ambiente. Uma coisa é a aprovação, Secretário. Outra coisa é a execução, porque aí depende da licitação, depende da transferência de recurso, depende da disponibilidade de cota financeira, tem todo aquela parafernália orçamentária que a gente conhece bem. Então existe um esforço muito grande desse Conselho para execução, mas que, às vezes, a gente esbarra em algumas barreiras administrativas. Então, Secretário, na próxima reunião, se a pauta permitir, a gente vai fazer uma apresentação de prestação de contas por período, do primeiro quadrimestre, e aí a gente vai poder acompanhar melhor, a execução orçamentária, e a aplicação dos recursos do FEMA.

Coordenadora Helena Magozo: Complementando o que o Rubens está falando, a gente vai estar propondo uma reunião extraordinária no dia 20. Porque hoje, já estava prevista essa apresentação por pessoa do departamento administrativo-financeiro, mas era muita coisa para vocês, e uma série de outros projetos chegaram, falei: *“Não. Já tem suficiente para nossa organização, o acompanhamento de vocês”*, então a ideia, se vocês concordarem, a gente faz uma extraordinária dia 20, a gente apresenta os demais projetos, chegaram mais projetos da Guarapiranga. Não sei se chegam outros, de outras áreas, até lá. E a apresentação então, deste ano, da execução deste ano. Porque o Rubens já apresentou até o ano passado. Isso seria assim: como funciona agora, o orçamento. Cada quatro meses? Acabados os quatro meses, vem e apresenta para o Conselho como é que está a execução. Então preparem suas agendas, por favor, para o dia 20, está bom? Porque a gente também está com um problema de sala, por isso que saiu da terça-feira.

Cons. Cecília: E antes de finalizar a reunião, eu só queria mais dois comentários aqui. Porque a gente teve aquela reunião com o Secretário, e ficou decidido que ia ser feito o projeto expropriatório, acho que se chama...

(fala sem microfone)

Cons. Cecília: Planta expropriatória. Que a gente precisa caminhar lá, com a Chácara da Fonte. E a gente não recebeu retorno, então eu queria...

Maria Rosa: Sobre o Parque da Fonte, a expropriatória não é assim de um dia para outro. Nós estamos fazendo estudos (falha no áudio). Para execução da planta expropriatória, nós precisamos dos documentos da área necessária, e dos confrontantes. Então assim, nós pedimos para a ARISP e isso tem um prazo. Não é de um dia para outro. Nós estamos ainda executando. Não. Nós estamos executando a planta expropriatória do Parque da Fonte.

(fala sem microfone)



Maria Rosa: Não. Ainda não, mas logo, logo, a gente...

Coordenadora Helena Magozo: Eu acho que você poderia falar desse passo. Quer dizer, qual foi o primeiro passo tomado, que já é uma ação para o começo do processo. Eu acho que um grande mérito, a presença do DEPLAN aqui, que eles vão nos familiarizando com todos os procedimentos, não é, Cecília? Então, no momento, em que situação está esse processo?

Maria Rosa: Sim. Como você disse, o decreto é o perímetro de uma área que é escolhida. E aí, depois dessa área escolhida, vamos fazer a planta expropriatória. Tem um estudo fundiário que demora-se um tempo para fazer. Então, a gente vai atrás de... tem loteamento, tem algum melhoramento também para aquela área. Então a gente pede informações para vários órgãos. Então a gente tem que receber esse retorno também, para a execução dessa (incompreensível).

Coordenadora Helena Magozo: Já foi demandado, então, para os órgãos?

Maria Rosa: Já está em um ponto assim: estamos aguardando o retorno para terminar essa planta expropriatória. Está bom?

(fala sem microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Microfone. Fala no microfone. Não. Precisa. Precisa sim.

Cons. Cecília: Só um comentário que eu queria falar... (fala sem microfone)

Maria Rosa: Igual o Guaratiba. O Guaratiba ficou ótimo, assim. Azul, vermelho, amarelo, foi uma coisa bem que distinguiu.

(fala sem microfone)

Maria Rosa: Cada dia... É minha primeira apresentação também, vocês têm que...

Coordenadora Helena Magozo: Ela chegou aqui, falou a primeira coisa: "Como é?" Eu falei: "Do jeito seu."

Maria Rosa: Então obrigada, gente.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada Maria Rosa, Karen, Rubens, Agnaldo, a Miriam também, que está aqui. Vou apresentar para o Carlos, o Alexandre, representa o CADES, a Cecília eleita, foi uma das onze eleitas, o Maestro, representante da Secretaria do Verde, a Gina, representa Finanças, e



a Amélia, Planejamento. Está bom? Então, muito obrigada. Até a próxima. Dia 20. Está bom, gente?

Secretário Carlos Fortner: Obrigado, pessoal. Só queria fazer um comentário ainda, a respeito das desapropriações que a gente está usando recurso do TCA. Eu acho que isso aqui é um avanço muito grande. Para a semana que vem, a Maria Rosa tem lá, mais 20 processos, ou coisa assim... Já chegaram para você, ainda não?

Maria Rosa: Não.

Secretário Carlos Fortner: É uma quantidade grande. O DEPLAN cuida de toda essa parte de desapropriação, aqui na Secretaria, e está com uma demanda gigante, lá. Em todas as áreas da cidade. Todas as regiões da cidade. Então os processos têm chegado... Aqueles que têm vindo, que já estão prontos, a gente tem demandado. E da mesma forma que vocês, na subprefeitura, não é privilégio de vocês lá, não ter dinheiro. A gente aqui também não tem. E uma forma de a gente resolver bastante rápido essa questão das desapropriações, foi essa solução do TCA. Então, aqui, a gente está usando dinheiro de compensação ambiental, quer dizer, é uma situação bem caracterizada, dá tranquilidade para todo mundo. Quer dizer, não é que está usando para fazer uma obra que pode ter alguma dúvida. Não. Está transformando uma área que hoje é construída, em área permeável, em área verde, em área de parque. Sempre é um benefício para a cidade isso. Então é muito importante isso aqui caminhar rápido. E tem processo que começou dois anos atrás, já. Dois, três anos atrás. O do Parque de Parelheiros, ele tem cinco, seis anos, esse processo. Então a gente também não tem dinheiro. E hoje, com essa forma de poder usar o dinheiro do FEMA especificamente para desapropriação, tem agilizado bastante isso. É muito importante para a cidade. Acho que é bacana vocês saberem que vocês estão participando. Todos nós aqui, estamos participando de uma mudança da cidade para melhor. Era legal, Maria Rosa, nos próximos, a gente trazer, de fato, as fotos, porque, lógico, é importante vocês fazerem uma visita, por exemplo, lá na Guarapiranga. O que está mudando lá. Não sei se alguém conhece, o que mudou lá. Teve como grande mudança lá, teve aquela desapropriação dos dois motéis que tinham, que virou Parque Praia do Sol. Que eram áreas grandes. Só que são complementos, agora. Mas enfim, a mudança da cidade lá, é gigantesca. É uma mudança para melhor, sempre. Então as fotos antes e as fotos depois, é interessante mostrar para o pessoal, para o pessoal saber o que a gente está deliberando aqui, e no que a gente está participando na cidade. É bacana isso.

Cons. Cecília: Secretário...

(fala sem microfone)



Cons. Cecília: Agora, a única preocupação que eu tenho, não sei, é que a gente tem que ver que é de compensação ambiental. Ou seja, alguma outra área deixou créditos de ambiente, quais foram? Eu não sei. O que é que a gente está estragando, para...

Secretário Carlos Fortner: Da onde veio o dinheiro? Da onde veio o dinheiro?

Cons. Cecília: É. Porque na verdade, para a gente entender o sistema todo, a gente também teria que saber o que a gente perdeu de meio ambiente, para a gente poder comparar o que a gente está ganhando com o que a gente perdeu. Porque, senão, a gente só vê esse lado aqui, mas e o outro? Como é que ficou?

Secretário Carlos Fortner: É uma discussão... Ela vem assim: cada um desses processos tem a ata da Câmara do que foi deliberado. Então se a gente pegar... Pode olhar, qualquer um deles tem lá, no dia, o que foi deliberado, quantas mudas compensatórias que geraram esse crédito. Cada crédito desse, que cai na conta do FEMA, ele se origina por um manejo arbóreo em algum empreendimento da cidade. O sujeito vai construir um prédio, então ele tinha que fazer o manejo. Tinha que tirar algumas árvores, por exemplo. Só que esse licenciamento, ele funciona assim: você tem um terreno onde têm 10 árvores. Para construir o prédio, você precisa cortar aquelas árvores, remanejar, colocar em outro lugar. Você tem que manter, ao final do empreendimento, as dez árvores. Então a densidade arbórea do terreno, ela é sagrada. Se tinha 10, vai ter 10. Se tinha 100, vai ter 100. Dependendo da situação do licenciamento, pode gerar uma compensação maior. Se tiver um APP dentro, isso multiplica muito. De 10 vira 100 árvores etc. O que tinha é mantido. O que ele consegue plantar no local, ele vai ser obrigado a plantar no local. Sempre. Essa é a regra do jogo. E aí, sobram as mudas compensatórias. São as mudas que vão além daquilo... Lógico, você corta uma árvore grande, você vai plantar uma árvore nova, jovem. Então, vai ter um tempo. Então por isso que gera essa regra. A fórmula da regra, ela vem lá de trás, já. Tem todo um estudo nisso. Só para fazer um parêntesis no meio. O caso do metrô, por exemplo. Do monotrilho lá, da linha 17, na Água Espraiada. O licenciamento de um trecho, para manejar lá, foi coisa de cento e poucas árvores, gerou uma compensação de 8 mil árvores. Não dá para plantar essas 8 mil árvores no local. Então, ou entrega-se no viveiro, e o viveiro, hoje, está com uma sobrecarga de árvore, então eu não estou conseguindo dar vazão para todas as árvores do viveiro. A válvula de escape que se criou foi essa. De transformar isso no recurso, o custo da muda compensatória, depositar no FEMA, especificamente para compra de área. Então lógico, e pode ter uma pergunta assim, isso vai aparecer em algum lugar: *“mas a compensação é da zona leste. Você está aplicando isso na zona sul.”* De fato, a gente tem procurado dar destinação proporcional da onde vem. Então tem uma tabela lá, mais ou menos a gente tem um mapa da onde saiu e para onde está indo. Por outro lado, eu não vou esperar, acho que isso,



ninguém faria. Eu não vou assinar embaixo disso, de ficar esperando para gastar o recurso: *“Isso aqui saiu da zona leste. Então vou acumular para a zona leste...”* Veio o processo, a gente manda adiante. Porque senão a gente perde muito dinheiro. Somando tudo isso, hoje, o que a gente deliberou aqui, de acréscimo, poderia ter feito uma outra obra com isso. Implantado um outro parque. Então veio, tudo bem. Vai adiante. É compensação ambiental para a cidade como um todo. É uma melhoria para a cidade como um todo. Mas era legal, Maria Rosa, se a gente pudesse pegar casos assim, por exemplo, da Orla, aquelas fotos de como eram antes e como ficou agora. Dessas coisas que a gente já está desapropriando, para a gente enxergar aí. Para ilustrar. É bacana isso, para vocês terem... É bacana de participar. Lá na frente, vai poder falar: *“Nossa, a gente melhorou a cidade.”* É bacana, isso. Ok. Obrigado.

CARLOS ROBERTO FORTNER

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA

CONSELHEIROS PRESENTES:

AMÉLIA TAMIKO SEGUCHI TOLEDO

GINA ARMELIN PAGOTTO

JOSÉ MAESTRO DE QUEIROZ

MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES

ALEXANDRE ABEL ROCHA DA SILVA

HELENA MARIA DE CAMPOS MAGOZO

Coordenadora Geral do CONFEMA

RUBENS BORGES

Secretário Executivo